

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Hudson Shiguer Kinashi
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 157/2020-PGJ, DE 17.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 49ª Zona Eleitoral, a partir de 22.1.2020, pelo período de 2 (dois) anos; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 3253/2019-PGJ, de 5.9.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 158/2020-PGJ, DE 17.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Acrescentar na Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao primeiro semestre de 2020, o Promotor de Justiça abaixo relacionado:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Rodrigo Cintra Franco	27.4 a 15.5.2020	15 a 25.6.2020		

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 160/2020-PGJ, DE 17.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 21.1.2020, as férias do Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, concedidas por meio da Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 161/2020-PGJ, DE 17.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 21.1.2020, as férias do Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues, concedidas por meio da Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 166/2020-PGJ, DE 17.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 4525/2019-PGJ, de 3.12.2019, publicada no DOMP nº 2106, de 5.12.2019, na parte que estabeleceu a Escala de Plantão do Apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, integrado pelos Promotores de Justiça designados para a Assessoria Especial e o Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, referente ao período de 7.1 a 4.5.2020, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA TELEFONE DO PLANTÃO: 98478-2407
13 (18h01min) a 20.1.2020 (7h59min)	Antonio André David Medeiros
10 (18h01min) a 17.2.2020 (7h59min)	Paulo César Zeni

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA TELEFONE DO PLANTÃO: 98478-2407
13 (18h01min) a 20.1.2020 (7h59min)	Paulo César Zeni
10 (18h01min) a 17.2.2020 (7h59min)	Antonio André David Medeiros

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 167/2020-PGJ, DE 17.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 021/2020-PGJ, de 7.1.2020, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de janeiro de 2020, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
11 e 12.1.2020	PJ de Iguatemi	Thiago Barbosa da Silva	99933-0454
25 e 26.1.2020	2ª PJ de Mundo Novo	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	98462-9219
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
25 e 26.1.2020	1ª PJ de Aquidauana	Angelica de Andrade Arruda	99976-5554

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
11 e 12.1.2020	2ª PJ de Mundo Novo	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	98462-9219
25 e 26.1.2020	PJ de Iguatemi	Thiago Barbosa da Silva	99933-0454
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
25 e 26.1.2020	3ª PJ de Aquidauana	Antenor Ferreira de Rezende Neto	99958-4545

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 168/2020-PGJ, DE 20.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Antonio Alencar 12 (doze) dias de férias compensatórias, sendo 5 (cinco) dias referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019, por ter atuado no período de 20 a 28.12.2018, e 7 (sete) dias referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2019 a 6 de janeiro de 2020, por ter atuado no período de 28.12.2019 a 6.1.2020, a serem usufruídos no período de 9 a 20.3.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 169/2020-PGJ, DE 20.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Antonio Alencar 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 2 a 8.5.2019 e 10 a 17.7.2019, a serem usufruídos no período de 23 a 27.3.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 170/2020-PGJ, DE 20.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Naviraí, Daniel Pivaro Stadniky, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 3ª Promotoria de Justiça e o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 16 a 21.1.2020, em razão de licença da Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 171/2020-PGJ, DE 20.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Mundo Novo, Lenize Martins Lunardi Pedreira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 3ª Promotoria de Justiça e o Juizado Especial Adjunto da comarca de Naviraí, no período de 22 a 24.1.2020, em razão de licença da Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 172/2020-PGJ, DE 20.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Mundo Novo, Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí, no período de 22 a 24.1.2020, em razão de férias da titular, Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 173/2020-PGJ, DE 20.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Naviraí, Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 27 a 31.1.2020, em razão de férias do Promotor de Justiça Daniel Pivaro Stadniky; e tornar sem efeito a Portaria nº 4712/2019-PGJ, de 17.12.2019, na parte que designou a Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 174/2020-PGJ, DE 20.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 17 e 18.6.2017, a serem usufruídos nos dias 27 e 28.2.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 175/2020-PGJ, DE 20.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 16.1.2020, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 176/2020-PGJ, DE 20.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe o 1º período de férias, que seriam usufruídas de 16 a 25.3.2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 177/2020-PGJ, DE 20.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja 5 (cinco) dias de férias remanescentes, sendo 3 (três) dias referentes ao período aquisitivo 2016/2017 e 2 (dois) dias referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídos no período de 17 a 21.2.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 178/2020-PGJ, DE 20.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 14 a 21.5.2018, a serem usufruídos no período de 12 a 14.2.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 179/2020-PGJ, DE 20.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eduardo FonticIELha De Rose 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 6.1.2020, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 164/2020-PGJ, DE 17.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº 3906/2018-PGJ, de 19.11.2018, que designou a servidora Joana Maria Diedrich, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para exercer a Função de Confiança – FC2, símbolo MPFC-302, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, prevista no Anexo III da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 165/2020-PGJ, DE 17.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Joana Maria Diedrich para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, símbolo MPDS-104, na função de Chefe do Departamento de Apoio Administrativo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0019/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Marcos Alex Vera de Oliveira, que oficia perante a 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos do Protocolo nº 02.2019.00083507-2, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 13 de janeiro de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2019-CAOMA/PGJ

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MPMS) torna público o presente Edital de Chamamento Público, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019, de 31.7.2014, com a redação que lhe foi dada pela Lei Federal nº 13.204, de 14.12.2015, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 14.494, de 2.6.2016, e pela Resolução da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul (SEFAZ) nº 2.733, de 6.6.2016, que tem por objeto a promoção de intercâmbio, interação e complementação das atividades entre as partes, visando dar suporte científico ao MPMS, a ser executado por fundação de natureza privada ligada a instituição de ensino superior (IES), pública ou privada, sem fins lucrativos, que tenha no mínimo 2 (dois) anos de existência, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Estadual nº 14.494/2016, por meio de Termo de Colaboração Técnica, Financeira e Científica, por regime de mútua cooperação, assegurando o atendimento dos princípios da igualdade, da moralidade, da economicidade, da publicidade e de outros que contribuam para a reconstituição, reparação, preservação e conservação do meio ambiente, e a proteção de bens e direitos de valor artístico, histórico, estético, turístico, paisagístico, bem como do patrimônio público e de outros interesses difusos e coletivos, no território do Estado de Mato Grosso do Sul.

1. DO OBJETO

1.1. O Edital de Chamamento Público visa selecionar fundação de natureza privada ligada a IES, pública ou privada, sem fins lucrativos, para a promoção de intercâmbio, interação e complementação de atividades entre as partes, contribuindo ainda com suporte científico ao MPMS em defesa do meio ambiente, para a proteção das porções das Bacias Hidrográficas dos Rios Paraná e Paraguai localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul, em especial:

I – elaboração e execução do diagnóstico ambiental das propriedades localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul que margeiam os Rios Coxim, Negro e Correntes, bem como os Córregos Brejão, Cangalha e do Arame, da nascente¹ à foz de cada curso d'água, com a entrega dos seguintes produtos:

a) **Rio Coxim** e Córrego Brejão - 226 relatórios² de geoprocessamento das propriedades rurais e urbanas, com base nas informações levantadas pelo Núcleo de Geotecnologias do MPMS (Nugeo) referentes aos imóveis que possuem polígonos registrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que serão disponibilizadas à fundação de natureza privada ligada a IES (Objetivo 1 do Anexo II deste Edital);

b) **Rio Negro** – 181 relatórios de geoprocessamento das propriedades rurais e urbanas, e, caso necessário, visita *in loco*, com base nas informações levantadas pelo Nugeo referentes aos imóveis que possuem polígonos cadastrados no CAR, que serão disponibilizadas à fundação de natureza privada ligada a IES (Objetivo 1 do Anexo II deste Edital);

c) **Rio Correntes e Córregos Cangalha e do Arame** – 67 relatórios de geoprocessamento das propriedades rurais e urbanas, com base nas informações levantadas pelo Nugeo referentes aos imóveis que possuem polígonos cadastrados no CAR, que serão disponibilizadas à fundação de natureza privada ligada a IES (Objetivo 1 do Anexo II deste Edital);

d) **Rios Coxim, Negro e Correntes, bem como Córregos Brejão, Cangalha e do Arame**, em toda sua extensão, da nascente à foz e ambas as margens³ de cada curso d'água – relatórios técnicos com os resultados obtidos nos trabalhos de campo e de geoprocessamento das propriedades rurais e urbanas cujos polígonos não foram identificados pelo Nugeo em levantamento junto ao CAR (Objetivo 3 do Anexo II deste Edital);

e) publicação em revista científica de 2 (dois) artigos, nos quais deverá constar menção à parceria com o MPMS (Objetivos 1 e 3 do Anexo II deste Edital).

II – implementação do Programa Centro Integrado de Proteção e Pesquisa Ambiental (CEIPPAM), a fim de promover e estimular a relação entre o MPMS e as universidades públicas e instituições de ensino privadas, que fornecerão apoio técnico na prevenção e repressão de danos ambientais, mediante:

a) elaboração de 88 (oitenta e oito) relatórios de geoprocessamento (que poderão ou não ensejar vistorias das propriedades em campo) para atender as demandas do MPMS, nos procedimentos judiciais e extrajudiciais, e publicação em revista científica de 1 (um) artigo, em que deverá constar menção à parceria com o MPMS (Objetivo 2 do Anexo II deste Edital);

b) elaboração de 188 (cento e oitenta e oito) relatórios para atender demandas do MPMS relativas a problemas ambientais – nas quais poderá ser necessário trabalho de campo, geoprocessamento e análise de documentos de assuntos ambientais –, nos procedimentos judiciais e extrajudiciais, e publicação em revista científica de 1 (um) artigo, em que deverá constar menção à parceria com o MPMS (Objetivo 4 do Anexo II deste Edital);

c) elaboração de 168 (cento e sessenta e oito) relatórios (56 para cada unidade) por bolsistas e professores das unidades regionais do interior (Chapadão do Sul, Corumbá e Três Lagoas), os quais atenderão demandas de questões ambientais do MPMS cujos trabalhos poderão exigir visita a propriedade (campo), geoprocessamento e análise de

¹ Exceto pelo Rio Correntes, que se inicia na confluência do Córrego Cangalha com o Córrego do Arame.

² Os relatórios técnicos/pareceres (contendo os resultados dos trabalhos na área ambiental) deverão ser enviados, em formato digital, para o e-mail: caoma@mpms.mp.br.

³ No caso do Rio Correntes e do Córrego do Arame, serão averiguadas somente as propriedades que margeiam sua extensão dentro do Estado de Mato Grosso do Sul.

documentos referentes à área ambiental, nos procedimentos judiciais e extrajudiciais do MPMS, relativos às Bacias Hidrográficas dos Rios Paraná e Paraguai (Objetivo 5 do Anexo II deste Edital);

d) auxílio de bolsistas de nível superior de pós-graduação (Direito e Administração) nas seguintes atividades: organização de reuniões e gerenciamento do termo de colaboração, análise das repercussões jurídicas, pesquisas de legislações e jurisprudência, elaboração de documentos, entre outros;

e) aquisição e utilização de veículos, seguros de bem e vida, equipamentos, materiais e insumos, pagamento de diárias;

f) elaboração de pareceres que não sejam abrangidos e não possam ser atendidos pelas competências das equipes previstas nos incisos I, e respectivas letras, e II, letras “a”, “b” e “c”, com a elaboração de 41 (quarenta e um) relatórios que exijam dos professores conhecimentos técnicos e científicos específicos – graduação e especializações: arqueólogo; antropólogo; especialistas em controle de poluição e emissões atmosféricas, mudanças climáticas, qualidade do ar, análises laboratoriais e outras especialidades na área ambiental (Objetivo 6 do Anexo II deste Edital);

g) criação do banco de dados denominado “Banco de Competências”, **no prazo de 12 meses**, contendo cadastro de professores/pesquisadores para atuarem como peritos, no qual deverá constar: graduação, especialização, área de atuação, universidade/instituição em que trabalha, vínculo empregatício com a instituição, telefone e *e-mail*, bem como outras informações julgadas pertinentes, a fim de facilitar e agilizar a identificação do(s) profissional(is) para atender as demandas ambientais do MPMS (Objetivo 7 do Anexo II deste Edital);

h) inserção/armazenamento do Banco de Competências no *site* da fundação/instituição, com disponibilização perpétua, para fins de consulta, atualização e alteração de dados dos profissionais/professores peritos, aos servidores e membros do MPMS;

i) ampliação de área de atuação do Projeto Quapivara, com o monitoramento do movimento de espécie(s) de mamífero(s) silvestre(s) – no mínimo, 30 (trinta) animais –, por meio de GPS, visando evitar ou minimizar os atropelamentos no trecho de Campo Grande a Bonito (Rodovias BR 060, BR 419, MS 382, MS 178), com as seguintes atividades específicas (Objetivo 8 do Anexo II deste Edital):

i.1) identificação de pontos críticos e sugestão de intervenções, mapeamento do movimento do(s) animal(is), projeções de áreas de risco para outras rodovias baseadas no cruzamento espacial da paisagem, por meio de sensoriamento remoto;

i.2) apoio na realização de um evento sobre atropelamento da fauna silvestre;

i.3) auxílio técnico em inquéritos civis da 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande sobre atropelamento da fauna silvestre;

i.4) publicação em revista científica de 1 (um) artigo, em que deverá constar menção à parceria com o MPMS;

j) implementação de curso de capacitação técnica (área ambiental) destinado aos servidores, membros e parceiros do MPMS (Objetivo 9 do Anexo II deste Edital), contemplando:

j.1) organização e realização do curso de capacitação tendo como público-alvo servidores, membros e parceiros do MPMS;

j.2) cotações (mínimo de 3) e pagamentos de passagem, hospedagem, alimentação, serviços de terceiros (qualificação, assessoria, consultoria e outros);

j.3) elaboração de material gráfico sobre o curso e respectiva divulgação, após autorização do MPMS;

j.4) elaboração dos relatórios parcial e final de prestação de contas, em formato impresso e digital.

1.2. Os objetivos, especificações e deveres da instituição proponente vencedora estão contidos nos seguintes anexos deste Edital:

- Anexo I – Modelo de Termo de Colaboração Técnica, Financeira e Científica;
- Anexo II – Quadro geral dos objetivos da colaboração;
- Anexo III – Detalhamento do projeto – equipe, objetivos gerais e específicos, e resultados esperados;
- Anexo IV – Cronograma físico-financeiro;
- Anexo V – Mapa dos rios e córregos.

1.3. A instituição proponente também deverá preencher os seguintes documentos, anexos a este Edital:

- Anexo VI – Declaração de ciência e concordância;
- Anexo VII – Declaração sobre instalações e condições materiais;
- Anexo VIII – Declaração do art. 27 do Decreto Estadual nº 14.494/2016 e relação dos dirigentes da entidade;
- Anexo IX – Declaração da não ocorrência de impedimentos.

1.4. Não será permitida autuação em rede.

1.5. A publicidade do Edital de Chamamento Público nº 1/2019-CAOMA/PGJ se dará, preferencialmente, pelo Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), sítio <https://www.mpms.mp.br/domp>, sem prejuízo aos demais meios de publicação disponíveis.

2. DOS PRAZOS

2.1. Para a contagem de prazos decorrentes deste processo de seleção, adotar-se-á o previsto no Código Civil – Lei Federal nº 10.406/2002⁴.

2.2. Os prazos serão contados a partir da publicação no DOMP, disponível no sítio <https://www.mpms.mp.br/domp>, sendo de inteira responsabilidade das IES o acompanhamento e atendimento às publicações atinentes a este Edital de Chamamento Público.

2.3. Os prazos do processo de seleção das propostas estão descritos no quadro a seguir:

ETAPAS	CRONOGRAMA
Publicação do Edital de Chamamento Público no DOMP e recebimento das propostas	21 (vinte e um) de Janeiro de 2020
Prazo para impugnação do Edital de Chamamento Público	10 (dez) dias, contados da data da publicação deste Edital
Prazo para resposta do MPMS à impugnação	5 (cinco) dias, contados da data do recebimento da impugnação
Sessão pública para abertura dos envelopes contendo as propostas	5 (cinco) dias, a partir do encerramento do recebimento das propostas
Conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção	10 (dez) dias, a partir da sessão pública de abertura dos envelopes, podendo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até 30 (trinta) dias
Encerramento da habilitação	até 30 (trinta) dias, a partir do encerramento e ordenamento das propostas
Interposição de recursos contra o resultado preliminar do processo de seleção	5 (cinco) dias, contados da publicação do resultado preliminar do processo de seleção
Manifestação da Comissão de Seleção sobre os recursos interpostos	5 (cinco) dias, contados do encerramento da interposição de recursos
Publicação no DOMP, no sítio eletrônico oficial http://www.mpms.mp.br , das respostas aos recursos, da homologação das propostas selecionadas e do resultado definitivo do processo de seleção	Após finalizado o julgamento previsto ou transcorrido o prazo para interposição de recurso
Recebimento do plano de trabalho e da documentação, conforme estabelece a Lei Federal nº 13.019/2014, o Decreto Estadual nº 14.494/2016 e a Resolução SEFAZ nº 2.733/2016	Até 30 (trinta) dias após a publicação da homologação da proposta vencedora
Publicação no DOMP, no sítio eletrônico oficial, da aprovação do plano de trabalho e da regularidade dos documentos da proponente vencedora	Até 30 (trinta) dias após o recebimento do plano de trabalho e da documentação
Formalização do Termo de Colaboração Técnica, Financeira e Científica entre o MPMS e a fundação de natureza privada ligada a IES	Até 10 (dez) dias úteis depois de selecionada a proposta, aprovado o plano de trabalho e verificada a regularidade dos documentos pelo Procurador-Geral de Justiça
Publicação no DOMP, no sítio eletrônico oficial, do extrato do termo de colaboração, conforme estabelece o § 2º do art. 24 do Decreto Estadual nº 14.494/2016	Até 30 (trinta) dias, a contar da data de sua assinatura

3. DA SELEÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

O procedimento de seleção será composto pelas etapas de habilitação (eliminatória) e hierarquização (classificatória).

3.1 Da habilitação

3.1.1. A etapa de habilitação consiste na verificação da entrega dos documentos obrigatórios exigidos neste Edital.

3.1.2. Serão habilitadas as instituições que entregarem as documentações abaixo indicadas:

I – para todas as instituições, independentemente de sua natureza:

a) comprovação de registro da IES junto ao Ministério da Educação (MEC);

⁴ “Art. 132. Salvo disposição legal ou convencional em contrário, **computam-se os prazos, excluído o dia do começo, e incluído o do vencimento**. § 1º Se o dia do vencimento cair em feriado, considerar-se-á prorrogado o prazo até o seguinte dia útil.” (grifou-se).

b) comprovação da regulamentação do curso de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* junto ao MEC;

c) conteúdo programático do curso de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* cursado pelos bolsistas, contendo carga horária teórica, ementa das disciplinas obrigatórias e eletivas e métodos de avaliação de desempenho acadêmico dos estudantes;

d) regulamento interno do curso expedido pela IES contendo as regras básicas de compromisso que os discentes devem dispensar para o fiel cumprimento das metas de pesquisa; e

e) comprovantes de experiência prévia, de no mínimo 1 (um) ano de capacidade técnica e operacional, na realização de projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

e.1) instrumentos de parceria firmados com órgãos e com entidades da Administração Pública, organismos internacionais, empresas ou outras IES;

e.2) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas, devidamente comprovadas;

e.3) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela IES ou a respeito dela;

e.4) currículos profissionais de integrantes da IES, quais sejam, dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;

e.5) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou de projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, IES, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou

e.6) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela IES;

II – para as instituições privadas sem fins lucrativos:

a) cópia autenticada da ata de eleição ou do ato de designação de pessoas habilitadas a representar a IES;

b) relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de cada um deles, e cópia autenticada da carteira de identidade (RG ou identidade profissional) e do CPF dos representantes da IES;

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ), e comprovante de funcionamento no endereço por ela declarado;

d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e respectiva autenticação;

e) cópia autenticada de contrato social ou estatuto social registrado em órgão competente e com a previsão expressa de que:

e.1) promove atividades e finalidades de relevância pública e social;

e.2) em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

f) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e respectiva autenticação;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST);

h) prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, Distrital e Municipal;

i) declaração do dirigente da entidade acerca da não existência de dívida com o Poder Público e quanto à sua inscrição nos bancos de dados públicos e privados de proteção ao crédito;

j) declaração do dirigente da entidade de que não é agente político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera governamental, tampouco cônjuge ou companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de pessoas que ocupem tais cargos/funções;

k) declaração do dirigente da entidade de que a entidade não consta de cadastros impeditivos de receber recursos públicos;

l) balanço patrimonial do último exercício social (ou balanço de abertura para as licitantes que iniciaram suas atividades no ano em curso), exigível nos termos da Instrução Normativa RFB Nº 1.774, de 22 de dezembro de 2017 (e alterações), e apresentado na forma da lei, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do domicílio da empresa (ou nos cartórios competentes, quando for o caso), que comprove a boa situação financeira e/ou escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

III – para os docentes:

a) cópia autenticada do CPF e RG dos professores designados para exercerem a função de coordenação do plano de trabalho;

b) comprovante de vínculo dos professores coordenadores e orientadores do plano de trabalho com a IES; e

c) currículo Lattes dos professores coordenadores e orientadores.

3.1.3. As documentações que contenham data de validade em seu bojo deverão ser apresentadas para o procedimento de habilitação com a devida vigência.

3.1.4. O não cumprimento das exigências acima, incluindo validade da documentação, se couber, implicará na inabilitação automática da proposta da instituição.

3.1.5. Todas as inscrições habilitadas serão consideradas na etapa de hierarquização.

3.2. Da hierarquização das propostas

A comissão fará a análise da proposta apresentada, vencendo aquela que **apresentar o menor valor em relação ao valor de referência** constante do Anexo IV deste Edital.

3.3. Da Comissão de Seleção

3.3.1 A Comissão de Seleção será designada pela Administração Superior, em ato de nomeação específica, devendo ser composta por, no mínimo, 3 (três) membros, sempre em número ímpar (art. 14 do Decreto Estadual nº 14.494/2016).

3.3.2 O membro da Comissão de Seleção deverá se declarar, sob as penas da lei, impedido de participar do processo, caso, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com quaisquer das organizações participantes do chamamento público, configuradas as seguintes hipóteses:

- I – participação como associado, dirigente ou empregado de qualquer IES participante;
- II – prestação de serviços a qualquer IES participante, com ou sem vínculo empregatício;
- III – recebimento, como beneficiário, dos serviços de qualquer IES participante;
- IV – doação para IES participante.

3.3.3. As propostas protocoladas no prazo e na forma estipulada em edital serão analisadas e aprovadas pelo Comissão de Seleção, conforme preceitua a Lei Federal nº 13.019/2014, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 14.494/2016.

3.3.4. Devem ser observadas as vedações estabelecidas pelas Resoluções nº 1/2005, 7/2006, 21/2007, 28/2008 e 37/2009 (alterada pela Resolução nº 172/2017), todas do Conselho Nacional do Ministério Público e, em sendo aplicáveis, os impedimentos previstos na legislação, especialmente o § 2º do art. 27 da Lei Federal nº 13.019/2014 e o § 6º do art. 14 do Decreto Estadual nº 14.494/2016.

3.3.5. A Comissão terá o prazo previsto de 10 (dez) dias para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.

3.3.6. A Comissão poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões, observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

3.3.7. Compete à Comissão de Seleção:

- I – conferir os documentos do proponente;
- II – proceder à respectiva análise quanto ao atendimento rigoroso pelo proponente das exigências formais e documentais deste Edital;
- III – selecionar todas as propostas que atenderem aos requisitos solicitados por este Edital e seus anexos.

3.4. Da análise das propostas

3.4.1. Serão desclassificadas as propostas que contrariem a Lei Federal nº 13.019/2014, o Decreto Estadual nº 14.494/2016 e este Edital de Chamamento Público, especialmente quando:

- I – a área da execução do projeto proposto não corresponda ao estabelecido no pré-projeto;
- II – a proponente não esteja caracterizada como **fundação de natureza privada ligada a IES, pública ou privada, sem fins lucrativos**;
- III – a proposta não atenda aos objetivos do Edital;
- IV – a proposta não contenha:
 - a) a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;
 - b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
 - c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
 - d) o valor global;
- V – a proposta apresente valor global superior ao orçado.

3.4.2. A comissão fará a análise das propostas, vencendo aquela que **apresentar o menor valor em relação ao valor de referência** constante do Anexo IV deste Edital.

3.4.3. Todas as propostas analisadas receberão classificação, do menor valor para o maior.

3.4.4. Caso a proposta classificada em 1º lugar não cumpra algum requisito ou não apresente documentação

prevista na legislação, será desclassificada, sendo convidada a seguinte, se houver, e assim por diante.

3.4.5. A seleção da proposta e sua homologação não gerarão direito a celebração da parceria.

3.4.6. Não é necessário que a proponente compre ou utilize todos os materiais ou bens previstos no pré-projeto, desde que, em seu plano de trabalho, comprove que atenderá aos objetivos do termo de colaboração por outros meios.

3.4.7. Será eliminada a instituição cuja proposta esteja em desacordo com os termos deste Edital.

3.5. Critérios para desempate

Ocorrendo empate, serão adotados os seguintes critérios para desempate:

I – presença de entidade no Estado de Mato Grosso do Sul;

II – maior tempo de existência da instituição, apurado pela data de inscrição no CNPJ.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste chamamento público as fundações de natureza privada ligadas a universidades públicas ou instituições de ensino privadas, sem fins lucrativos, neste último caso, IES que preencha as condições estabelecidas no art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei Federal nº 13.019/2014, com no mínimo 2 (dois) anos de existência, apurado pelo comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela RFB.

4.2. As fundações que tenham interesse em formalizar termo de colaboração com o MPMS deverão atender a todas as exigências deste Edital de Chamamento Público, inclusive quanto à documentação prevista no instrumento e em seus anexos, em especial:

I – objeto social pertinente e compatível com o disposto no capítulo 1 deste Edital;

II – comprovação de possuir em seus quadros professores doutores reconhecidos na forma da lei vigente no País e cuja formação seja compatível com o objeto deste Edital;

III – experiência prévia de, no mínimo, 1 (um) ano na realização de objeto de natureza semelhante;

IV – não enquadramento em alguma situação de impedimento prevista na legislação aplicável à espécie ou não atendimento aos requisitos legais estabelecidos;

V – seu dirigente não ser agente político de Poder Público ou do Ministério Público, assim como dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como não ser parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de pessoas que ocupem tais cargos/funções; e

VI – em suas relações anteriores com a Administração Pública Direta ou Indireta, não haver incorrido em alguma das seguintes condutas:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado do objeto de termo de colaboração, contratos de repasse ou termos de parceria;

c) desvio de finalidade na aplicação de recursos públicos;

d) dano ao Erário; e

e) prática de outros atos ilícitos na execução de termo de colaboração, contratos de repasse ou termos de parceria.

4.3. Os interessados poderão fazer a retirada deste Edital e seus anexos no seguinte *link* do sítio eletrônico do MPMS: <https://www.mpms.mp.br/chamamentopublico>.

5. DA FONTE DOS RECURSOS, DO VALOR E DO CARÁTER DE APOIO

5.1. O montante de recursos destinado ao Chamamento Público é de **R\$ 2.769.098,20 (dois milhões, setecentos e sessenta e nove mil e noventa e oito reais e vinte centavos)**, provenientes do acordo judicial celebrado nos autos das **Ações nº 008.08.002954-7 e nº 008.08.002955-5**.

5.2. Os repasses de recursos das parcerias celebradas ou a celebrar efetuadas no próximo exercício correrão por conta do respectivo orçamento dentro da mesma programação financeira.

5.3. O apoio financeiro não tem caráter reembolsável, o que significa que a organização proponente não precisará restituir os recursos à instituição apoiadora, desde que comprove sua correta aplicação de acordo com a proposta, o plano de trabalho aprovado e o termo de colaboração a ser celebrado.

5.4. Deverão ser respeitadas as seguintes condições, com relação à conta que deverá ser aberta para os propósitos do projeto em tela:

I – a conta bancária deverá ser do tipo poupança e aberta em nome do proponente, que será responsável pelo

controle e pela utilização do recurso;

II – não poderá ser apresentada conta bancária já utilizada para outros fins, mesmo que o saldo seja nulo;

III – deverá ser apresentado extrato bancário emitido pela Caixa Econômica Federal no ato da abertura da conta, como comprovante dos dados bancários;

IV – o recurso será movimentado em conta-poupança específica, e o saldo não utilizado, tal como os rendimentos no período, deverão ser devolvidos ao Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público (FEADMP);

V – é permitida a realização de despesas, estritamente e sem exceções, somente até a data de conclusão das atividades previstas no plano de trabalho; e

VI – a utilização do recurso deverá ser realizada preferencialmente por transferência bancária.

6. DAS CONDIÇÕES PARA IMPUGNAÇÃO E INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

6.1. As impugnações e os recursos deverão ser protocolados na sede do MPMS, na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente compreendido das 8h às 11h e das 13h às 18h.

6.2. Não serão conhecidos recurso ou impugnação interpostos fora do prazo.

6.3. Todo cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital de Chamamento Público por irregularidade na aplicação das disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 ou do Decreto nº 14.494/2016, devendo protocolar o pedido no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação do edital, ficando estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias para resposta do MPMS, contados da data do recebimento da impugnação.

6.4. Acolhida a impugnação contra o presente Edital, este será republicado e será reaberto o prazo inicialmente estabelecido, salvo se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

6.5. A Instituição poderá apresentar recurso contra o resultado preliminar do processo de seleção, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação da decisão no DOMP endereçado à Comissão de Seleção.

6.6. O MPMS deverá manifestar-se sobre os recursos no prazo de 5 (cinco) dias.

6.7. Os recursos das decisões que não forem reconsideradas pela Comissão de Seleção deverão ser encaminhados ao Procurador-Geral de Justiça para decisão final, sendo que desta decisão não caberá novo recurso.

6.8. Após o julgamento previsto ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, o MPMS homologará e divulgará no DOMP, no sítio eletrônico oficial <http://www.mpms.mp.br>, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

7. DA FORMA E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. A proposta deverá ser elaborada em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as vias e assinada na última folha.

7.2. Os detalhes serão apresentados no plano de trabalho.

7.3. A apresentação de proposta, a ser entregue em envelope lacrado, é gratuita, nela devendo constar:

I – valor global;

II – nome da instituição;

III – assinatura do responsável;

IV – objetivos a cumprir;

V – compromisso de detalhamento no plano de trabalho.

7.4. A proposta deve ser protocolada, desde a publicação deste Edital, junto ao edifício-sede do MPMS, sito à Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Parque dos Poderes, Campo Grande, MS, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente compreendido das 8h às 11h e das 13h às 18h, ou enviada via correio, no mesmo prazo, com aviso de recebimento (AR).

7.5. Os envelopes lacrados contendo as propostas remetidas pelos Correios ou quaisquer outros meios de

serviços postais só serão aceitos se o recebimento pela comissão for realizado antes do vencimento do prazo máximo estabelecido em edital para recebimento de propostas.

7.6. O protocolo da proposta ou seu envio via correio mediante AR, no prazo legal, implica na aceitação, por parte da instituição proponente, das condições estabelecidas neste Edital.

7.7. As propostas deverão ser apresentadas em envelope lacrado, observadas as disposições constantes deste Edital de Chamamento Público e garantido o sigilo do seu conteúdo até a data de abertura.

7.8. A apresentação da proposta é ato meramente declaratório, sendo que os requisitos previstos no inciso I do art. 2º, nos incisos I, II, III, IV e V do art. 33 e nos incisos II, III, V, VI e VII do art. 34 da Lei Federal nº 13.019/2014 e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei serão verificadas por meio da apresentação dos documentos elencados nos incisos I a X do art. 26 e as declarações elencadas no art. 27 do Decreto Estadual nº 14.494/2016 em fase posterior, antes da assinatura do termo de colaboração, caso haja seleção da proposta.

8. DO PLANO DE TRABALHO E DA DOCUMENTAÇÃO

8.1. O plano de trabalho deverá ser apresentado utilizando os anexos da Resolução SEFAZ nº 2.733, de 6 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul (DOE-MS) nº 9.179 no dia 7 de junho de 2016, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da publicação da homologação da proposta vencedora, e deverá seguir os critérios mínimos estabelecidos nos Anexos II a IV deste Edital;

8.2. As IES deverão comunicar alterações em seus atos societários e em seu quadro de dirigentes, quando houver.

8.3. Além dos documentos exigidos para habilitação, a fundação de natureza privada ligada a IES, por meio de seu representante legal, deverá apresentar declaração de que não há, em seu quadro de dirigentes:

I – membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou de entidade da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul; e

II – cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, das pessoas mencionadas no inciso I deste item;

8.4. Considerando o disposto no art. 46, inciso III, da Lei Federal nº 13.019/2014 e nos arts. 25, inciso V, e 38 do Decreto Estadual nº 14.494/2016, serão permitidas despesas a título de “Custos Indiretos” até o percentual de 10% (dez por cento) do valor da proposta, devendo tais despesas estarem previstas na proposta e no plano de trabalho.

9. DAS VEDAÇÕES À CELEBRAÇÃO DE PARCERIA

Não será celebrada parceria com proponente que incorra nas vedações de que trata o art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014, conforme disposto no art. 26 do Decreto Estadual nº 14.494/2016.

10. DA CELEBRAÇÃO

10.1. Depois de selecionada a proposta, aprovado o plano de trabalho e verificada a regularidade dos documentos pelo Procurador-Geral de Justiça, a fundação de natureza privada ligada à IES será convidada para, em até 10 (dez) dias úteis, formalizar o Termo de Colaboração Técnica, Financeira e Científica (Anexo I deste Edital).

10.2. Será de responsabilidade do MPMS providenciar a publicação do extrato do termo de colaboração, conforme estabelece o § 2º do art. 24 do Decreto Estadual nº 14.494/2016, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua assinatura.

10.3. A entidade beneficiada ou o MPMS poderão autorizar ou propor a alteração do termo de colaboração ou do plano de trabalho, após solicitação fundamentada da fundação ligada a IES ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, mediante termo aditivo ou por apostilamento, nos moldes dos arts. 42 e 43 do Decreto Estadual nº 14.494/2016.

11. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Do Gestor da Parceria

11.1.1. O Procurador-Geral de Justiça, designará, por ato publicado na imprensa oficial, os Gestores da Parceria, os quais serão responsáveis por seu gerenciamento, com poderes de controle e fiscalização, a serem realizados em tempo

hábil e de forma eficaz, nos termos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.019/2014, pelo Decreto Estadual nº 14.494/2016, pela Resolução SEFAZ nº 2.733/2016 e demais legislações aplicáveis.

11.1.2. Deverá constar no termo de colaboração o nome, o cargo, o telefone e o *e-mail* institucional dos Gestores.

11.1.3. Os Gestores designados estão sujeitos aos impedimentos previstos especialmente nos §§ 6º e 7º do art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

11.2 Da Comissão de Monitoramento e Avaliação

11.2.1. Conforme estabelece o art. 2º, inciso XI, da Lei Federal nº 13.019/2014 e os arts. 3º, inciso XI, e 52 do Decreto Estadual nº 14.494/2016, designar-se-á Comissão de Monitoramento e Avaliação por meio de portaria publicada no DOMP, para monitorar e avaliar os termos de colaboração decorrentes do presente Edital.

11.2.2. Os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação designados estão sujeitos aos impedimentos previstos especialmente nos §§ 6º e 7º do art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014 e no art. 53 do Decreto Estadual nº 14.494/2016.

11.2.3. As atribuições, ações e procedimentos da Comissão de Monitoramento e Avaliação estão disciplinadas na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Estadual nº 14.494/2016.

12. DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS

12.1. A entidade deverá movimentar os recursos concedidos depositados em conta bancária específica, em instituição financeira pública, conforme indicação no plano de trabalho, e os pagamentos deverão ser efetuados por transferência eletrônica ou depósito identificado, sendo que o comprovante de depósito ou documento TED deverá ser apresentado na prestação de contas como comprovante de pagamento, nos termos dos arts. 53 da Lei Federal nº 13.019/2014 e 37 do Decreto Estadual nº 14.494/2016.

12.2. Eventuais pagamentos em espécie deverão constar na proposta e no plano de trabalho, conforme estabelece o art. 25, inciso VII, do Decreto Estadual nº 14.494/2016.

12.3. A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso e guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração.

12.4. As parcelas relativas às fases ou às etapas de execução do objeto do termo de colaboração serão retidas se constatadas improbidades, conforme as hipóteses previstas nos incisos do art. 48 da Lei Federal nº 13.019/2014.

12.5. A verificação das hipóteses de retenção previstas no art. 48 da Lei Federal nº 13.019/2014 ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

I – a verificação da existência de denúncias aceitas;

II – a análise das prestações de contas anuais;

III – as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo; e

IV – a consulta aos cadastros e aos sistemas estaduais que permitam aferir a regularidade da parceria.

12.6. O atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no termo de colaboração, conforme disposto no inciso II do art. 48 da Lei Federal nº 13.019/2014.

12.7. As compras e contratações de bens e serviços pela IES, com recursos transferidos pelo MPMS, adotarão métodos usualmente utilizados pelo setor privado, observadas as seguintes condições:

I – cotação entre, no mínimo, 3 (três) fornecedores do ramo do objeto a ser adquirido ou contratado, mediante solicitação de orçamento pela IES e apresentação de proposta de preços pelo fornecedor, registradas formalmente em documento escrito, admitido o uso de *e-mail* ou de fax;

II – na impossibilidade de se realizar o número de cotações estabelecido no inciso I deste item, em virtude da inviabilidade de competição ou de limitação de mercado, o responsável pela IES poderá autorizar a compra com o número menor de cotação, mediante justificativa escrita, acompanhada de documentos que evidenciem tal ocorrência;

III – possibilidade de utilização pelas IES do Sistema de Registro de Preços do MPMS, mediante autorização da Administração Superior.

13. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1 Disposições gerais

13.1.1. Conforme o inciso XIV do art. 2º da Lei Federal nº 13.019/2014, com redação dada pela Lei Federal nº 13.204/2015, e o inciso XIV do art. 3º do Decreto Estadual nº 14.494/2016, “prestação de contas” é o procedimento em que se analisa e se avalia a execução da parceria, pelo qual seja possível verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos, no qual deverão constar elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance das metas, da seguinte forma:

I - prestação de contas parcial para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho;

II - prestação de contas final (ao término da parceria), para fins de comprovação do cumprimento do objeto e alcance das metas.

13.1.2. Para fins de prestações de contas parcial e final, a IES deverá apresentar Relatório de Execução do Objeto, impresso e no formato digital, que conterá:

I - a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;

II - a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - os documentos de comprovação do cumprimento do objeto;

IV - elementos para avaliação dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

V - elementos para avaliação do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, de declaração de entidade pública ou privada local e de declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e

VI - elementos para avaliação da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

13.1.3. A organização da IES deverá apresentar justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

13.1.4. Quando a IES não comprovar o alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, o MPMS exigirá a apresentação de Relatório de Execução Financeira, impresso e no formato digital, que deverá conter:

I - a relação das receitas e das despesas realizadas, inclusive dos rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

II - o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

III - o extrato da conta bancária específica;

IV - a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

V - a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

VI - cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou dos recibos, inclusive dos holerites, com data do documento, valor, dados da IES e do fornecedor e a indicação do produto ou do serviço.

13.1.5. A memória de cálculo referida no inciso IV do subitem 13.1.4 do capítulo 13 deste Edital, a ser apresentada pela IES, deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou da entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

13.1.6. A análise dos relatórios será formalizada no MPMS, na prestação de contas anual, por meio do Relatório Técnico de Acompanhamento/Monitoramento e Avaliação e, na prestação de contas final, por meio do Parecer Técnico Conclusivo.

13.1.7. A análise do Relatório de Execução Financeira contemplará:

I - o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou por agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho; e

II - a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta-corrente específica da parceria.

13.1.8. As IES deverão manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

13.1.9. A análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade do MPMS, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

13.2 Da fundação privada ligada a IES

13.2.1. Compete à fundação privada ligada à IES que tenha recebido recurso do MPMS, sem prejuízo das obrigações constantes na Lei Federal nº 13.019/2014, com a redação dada pela Lei Federal nº 13.204/2015, no Decreto Estadual nº 14.494/2016 e nas demais legislações aplicáveis, o seguinte:

I - a responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive

no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

II - a responsabilidade exclusiva pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração a ser celebrado, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária do MPMS quanto à inadimplência da IES em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução;

III - a utilização, para prestação de contas, dos anexos previstos no inciso II do art. 2º da Resolução SEFAZ nº 2.733, de 6 junho de 2016, publicada no DOE-MS nº 9.179, de 7 de junho de 2016, páginas 6 a 12.

13.2.2. O prazo para a prestação de contas, final ou parcial, conforme estabelecido no termo de colaboração, será limitado a até 60 (sessenta) dias a partir do final de cada exercício⁵, ou do término da vigência da parceria (arts. 49, 67, § 2º, e 69, *caput*, da Lei Federal nº 13.019/2014 e arts. 59 a 63 do Decreto Estadual nº 14.494/2016).

13.2.3. Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos (parágrafo único do art. 51 da Lei Federal nº 13.019/2014), salientando-se que a utilização do rendimento pela organização parceira somente é possível após autorização do MPMS.

13.2.4. Os pagamentos a fornecedores/contratados deverão ser realizados por transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, sendo que o documento TED deverá ser apresentado na prestação de contas como comprovante de pagamento (art. 53 da Lei Federal nº 13.019/2014).

13.2.5. Os pagamentos em espécie, admitidos como exceção à regra prevista no subitem anterior, deverão estar previstos na proposta e no plano de trabalho, devendo ser demonstrada/justificada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica (§ 2º do art. 53 da Lei Federal nº 13.019/2014).

13.2.6. Os trabalhos voluntários realizados no projeto/termo de colaboração deverão ser contabilizados nos Relatórios de Execução de Parceria parciais e final.

13.2.7. Constatada a ausência de prestação de contas, o ordenador da despesa deverá adotar as providências administrativas cabíveis visando regularizar a situação, tudo em conformidade com o Decreto Estadual nº 14.494/2016 e, no que este for omissivo, com o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014.

13.2.8. A fundação ligada à IES deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada com o MPMS, conforme estabelece o art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014 e demais legislações aplicáveis.

13.3. Do MPMS

Compete ao MPMS, órgão da Administração Pública celebrante, sem prejuízo das obrigações constantes na Lei Federal nº 13.019/2014 – com redação dada pela Lei Federal nº 13.204/2015 –, no Decreto Estadual nº 14.494/2016 e na legislação aplicável, apreciar a prestação final de contas e o Relatório Final de Execução do Objeto apresentados, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência determinada pelo MPMS, prorrogável justificadamente por igual período (art. 71 da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 73 do Decreto Estadual nº 14.494/2016).

14. DAS SANÇÕES

14.1. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e da legislação específica, o MPMS poderá aplicar à IES as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária; e

III - declaração de inidoneidade.

14.2. É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de abertura de vista dos autos processuais.

14.3. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela IES no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

14.4. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou na prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para o MPMS.

⁵ O exercício corresponde a cada período de 12 (doze) meses de duração da parceria, contados da primeira liberação de recursos para sua execução.

14.4. A sanção de suspensão temporária impede a IES de participar de chamamento público e de celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.6. A sanção de declaração de inidoneidade impede a fundação ligada a IES de participar de chamamento público e de celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, o que ocorrerá quando a IES ressarcir o MPMS pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

14.7. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de ciência da decisão.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Este Edital e a parceria a ser celebrada são disciplinados na Lei Federal nº 13.019/2014, com a redação que lhe foi dada pela Lei Federal nº 13.204/2015, no Decreto Estadual nº 14.494/2016, no art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993 e em demais legislações aplicáveis.

15.2. O presente Edital de Chamamento Público e seus anexos ficarão à disposição no sítio do MPMS, no endereço eletrônico <https://www.mpms.mp.br/chamamentopublico>, sendo de total responsabilidade da instituição proponente acompanhar a atualização de informações bem como as publicações no DOMP.

15.3 A organização parceira deverá suportar eventuais acréscimos de pequena monta, sendo indevidos aditivos contratuais que configurem até 5% (cinco por cento) do total do valor da parceria;

15.4. O presente Edital de Chamamento Público não gera direitos, podendo, a qualquer tempo, ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral do MPMS, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso represente direitos a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

15.4.1. A homologação não gera direito à celebração da parceria.

15.5. Caso os prazos previstos não se iniciem ou terminem em dia de normal expediente no MPMS, ficam automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

15.6. O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando o MPMS de qualquer responsabilidade civil ou penal.

15.7. As comprovações do cumprimento das datas e prazos, bem como os ônus e as obrigações constantes deste Edital de Chamamento Público são de responsabilidade da instituição proponente.

15.8. O ato de protocolo da proposta implica o conhecimento e a integral concordância do proponente em relação às normas e condições estabelecidas neste Edital.

15.9. Nenhum material encaminhado será devolvido às instituições.

15.10. Eventuais irregularidades constatadas relacionadas aos requisitos de participação implicarão na inabilitação do proponente.

15.11. Os pedidos de esclarecimentos decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital de Chamamento Público, bem como as informações adicionais eventualmente necessárias poderão ser obtidos pelo *e-mail* caoma@mpms.mp.br, fazendo constar no campo assunto “Chamamento Público nº 1/2019” e a identificação do proponente.

15.12. O correto preenchimento dos documentos e de quaisquer outros dispositivos pertencentes a este Edital de Chamamento Público é de responsabilidade do proponente.

15.13. Os casos omissos serão dirimidos pelo Procurador-Geral de Justiça e pela Comissão de Seleção, sempre

em observância à legislação aplicável à situação e aos princípios constitucionais.

Campo Grande, MS, 17 de Janeiro de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO I DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 1/2019-CAOMA/PGJ
Modelo de Termo de Colaboração Técnica, Financeira e Científica

**TERMO DE COLABORAÇÃO TÉCNICA, FINANCEIRA E CIENTÍFICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL, E A FUNDAÇÃO [preencher], OBJETIVANDO
DESENVOLVER O PROGRAMAS S.O.S. RIOS (RIOS COXIM, NEGRO E
CORRENTES E OS CÓRREGOS BREJÃO, CANGALHA E DO ARAME) E
CEIPPAM.**

Pelo presente instrumento, de um lado o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, CEP 79.031-907, Campo Grande/MS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.983.541/0001-75, neste ato representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **PAULO CEZAR DOS PASSOS**, CPF 420.917.561-72, RG 299284 SSP/MS, e do outro lado a **FUNDAÇÃO [preencher]**, pessoa jurídica de direito privado, [preencher qualificação], representada neste ato por seu(sua) Presidente/Diretor(a), [preencher], celebram este Termo de Colaboração Técnica, Financeira e Científica, com respaldo na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DESIGNAÇÕES SIMPLIFICADAS

1.1. Os subscritores adotam as designações simplificadas de **MPMS** para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e de **FUNDAÇÃO** para a Fundação [preencher].

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente Termo de Colaboração tem como objeto a promoção de intercâmbio, interação e complementação de atividades entre as partes, visando dar suporte técnico e científico ao **MPMS** na defesa do meio ambiente, para proteção das Bacias Hidrográficas dos Rios Paraná e Paraguai, em especial:

I - elaboração e execução do diagnóstico ambiental das propriedades localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul que margeiam os Rios Coxim, Negro e Correntes, bem como os Córregos Brejão, Cangalha e do Arame, da nascente⁶ à foz de cada curso d'água – Programa SOS Rios –, com a entrega dos seguintes produtos:

a) Rio Coxim e Córrego Brejão – 226 relatórios de geoprocessamento das propriedades rurais e urbanas, com base nas informações levantadas pelo Núcleo de Geotecnologias (Nugeo) do **MPMS** referentes aos imóveis que possuem polígonos registrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que serão disponibilizadas à **FUNDAÇÃO**;

b) Rio Negro – 181 relatórios de geoprocessamento das propriedades rurais e urbanas, com base nas informações levantadas pelo Nugeo referentes aos imóveis que possuem polígonos registrados no CAR, que serão disponibilizadas à **FUNDAÇÃO**;

c) Rio Correntes e Córregos Cangalha e do Arame – 67 relatórios de geoprocessamento das propriedades rurais e urbanas, com base nas informações levantadas pelo Nugeo referentes aos imóveis que possuem polígonos registrados no CAR, que serão disponibilizadas à **FUNDAÇÃO**;

d) Rios Coxim, Negro e Correntes, bem como Córregos Brejão, Cangalha e do Arame, em toda sua extensão (da nascente à foz e ambas as margens⁷ de cada curso d'água) – relatórios técnicos com os resultados obtidos nos trabalhos

⁶ Exceto no caso do Rio Correntes, que se inicia na confluência do Córrego Cangalha com o Córrego do Arame.

⁷ Exceto no caso do Rio Correntes e do Córrego do Arame, uma vez que serão consideradas apenas as propriedades que margeiam sua extensão dentro do Estado de Mato Grosso do Sul.

de campo e de geoprocessamento das propriedades rurais e urbanas cujos polígonos não foram identificados pelo Nugeo em levantamento junto ao CAR;

II - implementação do Programa Centro Integrado de Proteção e Pesquisa Ambiental (CEIPPAM), com emissão de relatórios/pareceres assinados por bolsistas de pós-graduação na área ambiental e Professores Tutores (bolsistas de doutorado), bem como análises técnicas (químicas, físicas, biológicas, de geoprocessamento e outras), fornecendo apoio técnico na prevenção e repressão de danos ambientais especificamente mediante:

a) emissão de 88 (oitenta e oito) relatórios de geoprocessamento (que poderão ou não ensejar vistorias nas propriedades em campo) para demandas em geral do **MPMS**;

b) emissão de 188 (cento e oitenta e oito) relatórios de trabalhos de campo, geoprocessamento e análises de documentos da área ambiental, para atendimento a demandas em geral do **MPMS**;

c) emissão de 168 (cento e sessenta e oito) relatórios de trabalhos de campo, geoprocessamento e análises de documentos da área ambiental, a fim de atender demandas em geral do **MPMS**, elaborados pelos bolsistas que ficarão em unidades regionais do interior (Chapadão do Sul, Corumbá e Três Lagoas);

d) auxílio de bolsistas de nível superior de pós-graduação nas áreas jurídica e administrativa nas seguintes atividades: organização de reuniões, análises e pesquisas jurídicas, elaboração de manuais e outros documentos;

e) aquisição e utilização de veículos, seguros de bem e vida, equipamentos, materiais e insumos, pagamento de diárias;

f) elaboração de pareceres que não sejam abrangidos pela competência da equipe prevista para os incisos I, e respectivas letras, e II, letras “a”, “b” e “c”, desta cláusula, com a elaboração de 41 relatórios/pareceres que exijam conhecimentos técnicos e científicos específicos;

g) criação do banco de dados denominado “Banco de Competências”, para cadastro e consulta de profissionais que poderão atuar como peritos;

h) ampliação da área de atuação do Projeto Quapivara;

i) implementação de curso de capacitação técnica (área ambiental) destinado aos servidores, membros e parceiros do **MPMS**.

§ 1º Os trabalhos objeto deste Termo de Colaboração serão desenvolvidos pela **FUNDAÇÃO**, na forma de seu plano de trabalho e do cronograma físico-financeiro, os quais integram obrigatoriamente o presente instrumento, de forma necessária e inseparável.

§ 2º A execução de trabalhos ou atividades além das previstas na proposta e no projeto em anexo deverá ser acordada entre as partes e será considerada mera liberalidade, não implicando em repasse de recursos superior ao previsto neste Termo.

§ 3º As partes poderão, por meio dos representantes designados neste Termo de Colaboração, durante a sua vigência, entrar em acordo sobre a modificação da equipe tutora do projeto (bolsistas de doutorado), competindo à **FUNDAÇÃO** a decisão sobre a modificação dos bolsistas de graduação e pós-graduação.

§ 4º Os Professores Tutores e/ou bolsistas de pós-graduação poderão, a critério e pedido do **MPMS**, ser indicados como peritos judiciais ou assistentes técnicos em ações judiciais em que o **MPMS** atue ou para auxiliar outros órgãos públicos com atuação ambiental, casos em que os pareceres emitidos contarão como relatórios e serão abatidos do quantitativo previsto no plano de trabalho.

§ 5º Nas hipóteses do item 2.1, inciso II, desta cláusula (relatórios gerais demandados pelo **MPMS**) em que:

I - em um mesmo caso, incidir a necessidade de vistoria em campo, análise de documentos e de geoprocessamento, poderão ser emitidos relatórios distintos, a serem contados nos objetivos do projeto de forma separada;

II - em razão da complexidade do caso, houver necessidade de formação de equipe multidisciplinar, poderão ser emitidos relatórios distintos, a serem contados nos objetivos do projeto de forma separada, desde que cada relatório venha assinado por profissional específico que se responsabilize pela área de conhecimento;

III - a demanda for alheia às competências da equipe de bolsistas previstas neste Termo, poderá, de forma justificada, ser recusado o seu atendimento.

§ 6º Competirá ao Professor Supervisor 2, na hipótese do inciso III do parágrafo anterior, identificar, entre o corpo docente das universidades, professor(es) que tenha(m) a competência técnica e científica e interesse para emitir o(s) parecer(es) solicitado(s).

§ 7º Caso não haja demanda da área de meio ambiente, habitação e urbanismo e patrimônio histórico e cultural a ser atendida pelos relatórios/pareceres previstos na letra “f” do inciso II do item 2.1 desta cláusula, poderão estes, com prévia anuência do CAOMA, ser utilizados para fins de atendimento a outras áreas de direitos difusos do **MPMS**, mediante solicitação do Procurador-Geral de Justiça, do Centro de Apoio Operacional e/ou do Núcleo responsável pela matéria.

§ 8º Os bolsistas previstos para as unidades regionais do interior do Estado serão supervisionados por professores locais dessas unidades.

§ 9º O presente instrumento não revoga nem altera outros termos de colaboração firmados pelo **MPMS**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES

3.1. Compete à FUNDAÇÃO:

I - elaborar o diagnóstico ambiental dos Rios Coxim, Negro e Correntes, bem como dos Córregos Cangalha e do Arame;

II - contratar, para atuarem nos objetivos deste Termo:

- a) 2 bolsistas de doutorado da área ambiental para atuar como Professores Tutores do projeto;
- b) 12 bolsistas de pós-graduação graduados na área ambiental;
- c) 3 bolsistas de pós-graduação da área de Administração;
- d) 1 bolsista de pós-graduação de Direito; e
- e) 3 bolsistas de graduação da área de Informática/Computação;

III - contratar 3 bolsistas de pós-graduação (área ambiental), um para cada unidade – cidades de Corumbá, Chapadão do Sul e Três Lagoas –, para atuarem nos objetivos deste Termo, supervisionados por professores locais de seus quadros ou de universidades parceiras;

IV - adquirir e utilizar veículos, equipamentos, aparelhos, seguros de vida, bem como efetuar o pagamento de conselhos de classe, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), diárias, materiais e insumos, com recursos passados pelo **MPMS**, utilizando-os no objeto deste Termo, conforme plano de trabalho e cronograma físico-financeiro em anexo;

V - apresentar relatórios parciais semestrais sobre a execução do trabalho, impressos e em formato digital, com a devida comprovação, cuja aprovação pelo **MPMS** condicionará a liberação dos recursos para a próxima etapa, conforme a cláusula 4.1 deste Termo, a partir da assinatura do termo, observando-se o cronograma abaixo:

- a) até 10 dias após o fechamento do 6º mês, relatório das atividades do 1º semestre;
- b) até 10 dias após o fechamento do 12º mês, relatório das atividades do 2º semestre;
- c) até 10 dias após o fechamento do 18º mês, relatório das atividades do 3º semestre;

VI - apresentar relatório final sobre a execução do trabalho, impresso e no formato digital, com a devida comprovação, até 10 dias após o prazo final deste Termo;

VII - publicar, com base nos levantamentos decorrentes deste Termo, no mínimo 5 (cinco) artigos científicos, nos quais deverá constar menção à parceria com o **MPMS**.

§ 1º As atividades a que se refere esta cláusula serão regidas pelo projeto, pelo plano de trabalho e pelo cronograma físico-financeiro.

§ 2º Para a realização das atividades previstas neste Termo de Colaboração, a **FUNDAÇÃO** poderá solicitar colaboração técnica e assistência financeira de organismos governamentais nacionais, mediante comunicação prévia ao **MPMS** – no caso de organismos privados, nacionais ou estrangeiros, deverá haver concordância expressa do **MPMS**.

§ 3º As estipulações constantes deste Termo de Colaboração não excluem as prerrogativas e os poderes requisitórios do **MPMS**, ou a atuação da **FUNDAÇÃO**, no exercício das atividades típicas de instituição pesquisadora.

§ 4º Competirá à **FUNDAÇÃO** exigir a devida inscrição dos bolsistas da área ambiental (doutorado e pós-graduação), em seus respectivos conselhos de classes.

§ 5º Competirá aos bolsistas de doutorado a emissão dos relatórios e pareceres, os quais, sempre que possível, deverão ser assinados em conjunto com os bolsistas de pós-graduação, devendo a **FUNDAÇÃO** zelar pela sua qualidade técnica.

§ 6º Competirá aos professores locais a emissão dos relatórios e pareceres, os quais, sempre que possível, deverão ser assinados em conjunto com os bolsistas de pós-graduação, devendo a **FUNDAÇÃO** zelar pela sua qualidade técnica.

§ 7º As atividades desenvolvidas pelos bolsistas dar-se-ão em âmbito de regulamentação acadêmica, não gerando qualquer vínculo trabalhista, seja com a **FUNDAÇÃO**, seja com o **MPMS**.

§ 8º Compete à **FUNDAÇÃO** estabelecer carga horária, rotina e sistema de acompanhamento dos trabalhos dos bolsistas de forma que sejam cumpridos os objetivos deste Termo e o plano de trabalho, competindo ao **MPMS**, tão somente, a fiscalização do recebimento dos pareceres e relatórios, incluindo-se aqueles relativos aos imóveis cujos polígonos não tenham sido identificados no levantamento efetuado pelo Nugeo e que, por essa razão, não permitem o estabelecimento de estimativa de sua quantidade.

§ 9º O veículo adquirido para fins de atendimento do presente termo poderá ser dirigido pelos bolsistas contratados quando houver necessidade de trabalho de campo, desde que devidamente habilitados e sob total responsabilidade da **FUNDAÇÃO**.

§ 10. Fica vedada a contratação como bolsista de quaisquer parentes em até terceiro grau de membros do **MPMS**, devendo, no ato da contratação, ser assinada declaração, afirmando a inexistência de tal condição, relevando-se que, se

constatada a falsidade das informações declaradas, será considerado nulo o contrato, sem prejuízo de responsabilização criminal do bolsista.

3.2. Compete ao MPMS:

I - sempre que a **FUNDAÇÃO** prestar as informações solicitadas e desde que presentes os requisitos legais, elaborar minutas de termos de ajustamento de conduta (TAC), arquivar inquéritos civis ou procedimentos extrajudiciais, bem como provocar a atividade jurisdicional;

II - prestar à **FUNDAÇÃO**, sempre que solicitado, todas as informações técnico-jurídicas de que dispuser, desde que não sigilosas;

III - fornecer os documentos e arquivos existentes no banco de dados do Nugeo, em especial, imagens, mapas e polígonos de propriedades pertinentes ao projeto, para que seja possível a execução dos trabalhos;

IV - permitir à **FUNDAÇÃO** acesso aos procedimentos e produtos relativos ao presente Termo, para fins de possibilitar a pesquisa e publicação dos participantes, com finalidade acadêmica, desde que sobre aqueles não tenha sido decretado sigilo pelas Promotorias de Justiça.

§ 1º Toda publicação que venha a se realizar em decorrência das atividades deste Termo, seja em razão do apoio a bolsistas, seja em razão de acesso a informações fornecidas pelo **MPMS**, deverá mencionar que houve tal colaboração, bem como deverá ser remetida ao CAOMA, para fins de compilação de resultados.

§ 2º Poderá o **MPMS** recusar justificadamente os pareceres que não atendam critérios técnicos, pedindo sua complementação e, caso recusados em definitivo, não poderão ser contabilizados para os fins dos objetivos deste Termo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DESPESAS E DOS REPASSES DE RECURSOS

4.1 O valor global estimado para execução deste Termo de Colaboração é de R\$ 2.769.098,20 (dois milhões, setecentos e sessenta e nove mil e noventa e oito reais e vinte centavos), existente na conta [preencher], vinculada ao Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público (FEADMP), cujos recursos são oriundos de TACs celebrados nas Ações nº 008.08.002954-7 e nº 008.08.002955-5, da comarca de Corumbá, de modo que a movimentação será feita pela Secretaria de Finanças da Procuradoria-Geral de Justiça do **MPMS**.

§ 1º O desembolso dos recursos será efetuado de acordo com o seguinte cronograma:

I - 27, 43%, 10 dias após a assinatura deste Termo;

II - 25% no final do 7º mês, desde que aprovado o relatório dos trabalhos relativos ao primeiro semestre;

III - 25% no final do 13º mês, desde que aprovado o relatório dos trabalhos relativos ao segundo semestre;

IV - 22,57% no final do 19º mês, desde que aprovado o relatório dos trabalhos relativos ao terceiro semestre.

§ 2º A fiscalização do **MPMS** dar-se-á em relação aos objetivos deste Termo, bem como em relação aos itens de desembolso financeiro, competindo exclusivamente à **FUNDAÇÃO** a responsabilidade pela execução financeira deste.

§ 3º As parcelas do termo serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

I - quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Termo, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas contratuais básicas;

III - quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

4.2 A transferência de recursos financeiros do **MPMS** para a **FUNDAÇÃO** será realizada por meio do empenho da despesa e crédito ao favorecido, mediante ordem bancária, conforme cronograma físico-financeiro.

4.3 Os recursos recebidos pela **FUNDAÇÃO** serão mantidos em conta bancária específica, sendo utilizados somente para o pagamento de despesas previstas no plano de trabalho, conforme a legislação sobre contas públicas, competindo à **FUNDAÇÃO** efetuar a devolução ao **MPMS** dos recursos não utilizados.

4.4 Os recursos, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança, de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês.

4.5 As receitas financeiras auferidas a partir da liberação dos recursos serão computadas a crédito deste Termo e investidas em seu objeto.

4.6 É de responsabilidade exclusiva da **FUNDAÇÃO** a observância de toda a legislação sobre gastos e contas públicas, conforme seu regime jurídico exclusivo, competindo ao **MPMS** a fiscalização dos objetivos, gastos e resultados firmados no plano de trabalho, quando das prestações de contas.

4.7 A **FUNDAÇÃO** poderá ser beneficiária de recursos ou bens oriundos de TACs, desde que cumpra os requisitos da Resolução nº 31/2012-PGJ, de 31.8.2012, que disciplina a referida matéria, ou outro ato normativo que a suceder.

4.8 A **FUNDAÇÃO** deverá suportar eventuais acréscimos de pequena monta, sendo indevidos aditivos contratuais que configurem até 5% (cinco por cento) do total da parceria.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUPERVISÃO, DA FISCALIZAÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES

5.1. Para supervisionar, coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução dos trabalhos, as partes desde já designam, cada uma, seus representantes, conforme abaixo identificados:

I - pelo **MPMS**:

a) Gestores da Parceria:

a.1) Procuradora de Justiça Marigô Regina Bittar Bezerra, Coordenadora do CAOMA (caoma@mpms.mp.br, 67 3318-2131);

a.2) Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet, Promotor de Justiça do Núcleo Ambiental (nucleoambiental@mpms.mp.br, 67 3318-8977);

b) Servidores do CAOMA/Nugeo:

b.1) Luciene Ramos do Canto, Técnica I;

b.2) Marinês Honda, Analista;

b.3) Roni Berto Medina Espindola, Assessor em Ciências da Terra;

c) Servidor(es) da Secretaria de Finanças:

c.1) Elisa Mari Kihara Zaha, Diretora da Secretaria de Finanças;

d) Servidor(es) do Setor de Contratos/Secretaria de Administração:

d.1) Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração;

d.2) Djene de Souza, Chefe do Setor de Contratos.

II - pela **FUNDAÇÃO**:

[preencher]

§ 1º Os representantes anteriormente nominados são responsáveis pela supervisão e coordenação dos trabalhos objeto deste Termo, sendo que, em relação ao MPMS, a responsabilidade exaure-se na fiscalização dos objetivos do projeto e da prestação de contas, competindo somente aos representantes da **FUNDAÇÃO** a estrita aplicação dos recursos nas atividades constantes do projeto, do plano de trabalho e do cronograma físico-financeiro anexos a este instrumento.

§ 2º É permitida, por meio dos representantes designados, em ata de reunião firmada por todos, a alteração justificada dos prazos, bem como da alocação de recursos – desde que na mesma rubrica.

§ 3º Os equipamentos e insumos previstos poderão ser modificados por outros que atendam os objetivos, a critério da **FUNDAÇÃO**, desde que vinculados ao presente Termo e com a devida prestação de contas nos momentos oportunos.

§ 4º Fica vedada a alteração da vinculação da liberação dos recursos aos objetivos a serem cumpridos, bem como o aumento de gastos, o que somente poderá ser feito por termo aditivo assinado pelos signatários deste Termo de Colaboração.

5.2. Além das demais obrigações fixadas neste Termo de Colaboração, compete à **FUNDAÇÃO**:

I - disponibilizar infraestrutura que se fizer necessária ao adequado desenvolvimento dos trabalhos, consoante estabelecido no projeto, tais como espaço físico, equipamentos e demais recursos técnicos e administrativos;

II - adotar, quando da execução de atividades de sua responsabilidade, todas as medidas tendentes à preservação dos recursos ambientais e de respeito à integridade física e moral dos seus agentes, empregados ou prepostos alocados visando a execução deste Termo, inclusive mediante o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) e encaminhamento a atendimento médico/ambulatorial;

III - responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus agentes, empregados, bolsistas ou prepostos ao patrimônio do MPMS ou de terceiros, quando da execução deste Termo de Colaboração;

IV - cumprir rigorosamente todas as disposições pertinentes na legislação e em notas técnicas, inclusive, na operação dos aparelhos, equipamentos, veículos e insumos adquiridos por meio deste Termo, responsabilizando-se integralmente quanto a qualquer mau uso dos mesmos;

V - ressarcir as despesas e demais quantias que, por conta de descumprimento de suas respectivas obrigações, recaírem sobre a outra parte;

VI - responsabilizar-se por todos os encargos salariais, fiscais, sociais e trabalhistas objeto deste Termo de Colaboração que eventualmente venham a ser cobrados, vedada a atribuição ao MPMS de obrigações dessa natureza;

VII - sujeitar-se às normas legais aplicáveis ao presente Termo e às cláusulas aqui convencionadas;

VIII - responsabilizar-se pela adequada execução do projeto e do plano de trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. As prestações de contas parcial e final dos recursos financeiros transferidos pelo MPMS, dos recursos de contrapartida, quando existirem, e dos rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro, serão apresentadas até 60 (sessenta) dias após o término de cada exercício – entendido este como cada período de 12 (doze) meses de duração da parceria, contados da primeira liberação de recursos para a sua execução – e do término da vigência da parceria, sendo constituídas das seguintes peças:

I - relatório do cumprimento do objeto;

II - cópia do plano de trabalho e de suas possíveis alterações;

III - cópia deste Termo de Colaboração e de eventuais termos aditivos;

IV - Relatório de Execução Físico-Financeira;

V - demonstrativo da execução da receita e da despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, se for o caso, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, e os saldos;

VI - relação de pagamentos efetuados;

VII - relação de bens, discriminando quais os adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do MPMS, se for o caso;

VIII - extrato da conta bancária específica do período do recebimento dos recursos até o último pagamento efetuado, contendo toda a movimentação dos recursos e conciliação bancária, se for o caso;

IX - comprovante de recolhimento do saldo de recursos; e

X - cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativa para sua dispensa ou inexistência, com o respectivo embasamento legal, quando for o caso.

6.2. A prestação de contas parcial será composta da documentação especificada nos incisos IV, V, VI, VII e X desta cláusula.

6.3. A prestação de contas e o Relatório Final de Execução do Objeto deverão ser apreciados no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados de seu recebimento ou do cumprimento de diligência determinada pelo MPMS, prorrogável justificadamente por igual período.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DOCUMENTOS DE DESPESA

7.1. As despesas serão comprovadas mediante documentos originais fiscais ou equivalentes, devendo os recibos e notas fiscais ser emitidos em nome da FUNDAÇÃO.

7.2. Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data de aprovação da prestação de contas pelo MPMS.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

8.1. Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Termo, a FUNDAÇÃO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, é obrigada a recolher à conta do MPMS:

I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros repassados;

II - o valor total transferido atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, a partir da data de recebimento, quando:

a) não for executado o objeto da avença;

b) não forem apresentadas, no prazo exigido, as prestações de contas parcial e final;

c) os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Termo de Colaboração;

III - o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais;

IV - o valor corrigido da contrapartida, se houver, quando não comprovada sua aplicação na consecução do objeto conveniado, na forma prevista no plano de trabalho; e

V - o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ou ainda que não tenha sido feita aplicação.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1. O presente Termo de Colaboração entrará em vigor na data de sua assinatura, pelo período de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

10.1. O presente Termo terá a publicação de seu extrato no Diário Oficial do **MPMS**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E DA EXTINÇÃO

11.1. O presente Termo de Colaboração poderá ser denunciado por qualquer dos signatários, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ou extinto por superveniência de norma legal ou administrativa que o torne inexecutável.

11.2. Nos casos de denúncia ou extinção deste instrumento, as pendências ou trabalhos em fase de execução serão definidos e resolvidos por meio de Termo de Encerramento do Termo de Colaboração que defina e atribua as responsabilidades relativas à conclusão ou à extinção de cada um deles, inclusive no que se refere ao destino de bens eventualmente colocados à disposição da parceria celebrada por este Termo ou pelos correlatos termos aditivos, assim como os direitos correspondentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Este Termo de Colaboração não obsta a que seus subscritores celebrem com outras entidades públicas acordos semelhantes ou idênticos ou deles participem, desde que observadas as restrições eventualmente existentes com relação ao uso de bens e informações e a divulgação delas, bem como às limitações impostas por direitos autorais e de propriedade.

12.2. Os bens adquiridos em razão deste Termo, após o seu encerramento, serão revertidos à universidade ligada à **FUNDAÇÃO** contratada.

12.3. Os supervisores e/ou bolsistas que assinarem os pareceres relativos ao presente Termo ficam cientes de que, mesmo após seu encerramento, poderão ser instados a prestar esclarecimento sobre eles, em procedimentos extrajudiciais e/ou judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Elegem como competente Foro para dirimir controvérsias daqui decorrentes e dos correspondentes termos aditivos o da Justiça Estadual, comarca de Campo Grande, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, as partes assinam este Instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que abaixo subscrevem.

Campo Grande, MS, [inserir data].

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

[PREENCHER]
Diretor(a) da Fundação

Testemunhas:

Nome:
RG:

Nome:
RG:

ANEXO II DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2019-CAOMA/PGJ
Quadro geral dos objetivos da colaboração

OBJETIVO 1 – GEOPROCESSAMENTO - PROGRAMA SOS RIOS		
<p>Descrição: Diagnóstico ambiental das propriedades rurais e urbanas localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul que margeiam os Rios Coxim, Negro e Correntes, bem como os Córregos Brejão, Cangalha e do Arame, da nascente⁸ à foz de cada curso d'água⁹, com a emissão de 474 relatórios relativos às propriedades identificadas pelo Núcleo de Geotecnologias (Nugeo) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) por meio de levantamentos realizados junto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), detalhados abaixo:</p> <p>a) Rio Coxim e Córrego Brejão - Emissão de 226 relatórios Extensão aproximada do Rio Coxim: 276,22 km. Extensão aproximada do Córrego Brejão: 25,08 km. Número de propriedades identificadas pelo Nugeo: 226.</p> <p>b) Rio Negro – Emissão de 181 relatórios Extensão aproximada do Rio Negro: 573,960 km. Número de propriedades identificadas pelo Nugeo: 181.</p> <p>c) Rio Correntes, bem como Córregos Cangalha e do Arame – Emissão de 67 relatórios Extensão aproximada do Rio Correntes: 404,699 km. Extensão aproximada do Córrego Cangalha: 25,285 km. Extensão aproximada do Córrego do Arame: 34,256 km. Número de propriedades identificadas pelo Nugeo: 67.</p> <p>Equipe: 5 bolsistas de pós-graduação, sendo 4 da área ambiental e 1 da área de Administração, supervisionados pelo Professor Tutor 1 (aluno de doutorado). Supervisão geral: Professor Supervisor 1 (doutorado em área ambiental).</p>		
Ação	Prazo	Responsável
1. Disponibilização de arquivos vetoriais (formato <i>shapefile</i>) e dados das propriedades que margeiam os rios/córregos, levantados pelo Nugeo, em outubro/2019.	1º mês	Nugeo/MPMS
2. Plotagem das propriedades em imagens georreferenciadas.	Durante os 24 meses	Instituição/Fundação
3. Elaboração de mapas com base nos polígonos recebidos (item 1), contendo: a) identificação das áreas de preservação permanente (APPs) e informação sobre seu estado de conservação – se estão degradadas (antropizadas) ou não; b) mapeamento quantitativo, por imagens de satélite, da vegetação nativa existente para compor a área de reserva legal (RL).	Durante os 24 meses	Instituição/Fundação
4. Entrega dos relatórios individuais de cada uma das propriedades, no formato digital, contendo:	Semestral	Instituição/Fundação

⁸ Exceto pelo Rio Correntes, que se inicia na confluência do Córrego Cangalha com o Córrego do Arame.

⁹ No caso do Rio Correntes e do Córrego do Arame, serão averiguadas somente as propriedades que margeiam sua extensão dentro do Estado de Mato Grosso do Sul.

a) o parecer técnico conclusivo, relatando a situação ambiental do imóvel, no formato digital, assinado; b) os mapas temáticos com as imagens de satélite, as áreas quantificadas da área do imóvel, APP, vegetação nativa remanescente para compor a RL, bem como suas respectivas áreas degradadas (antropizadas), no formato digital, e assinados; c) os arquivos digitais em Sistema de Informação Geográfica (ambiente SIG) contendo os vetores georreferenciados (no formato .shp), bem como as imagens de satélite georreferenciadas (no formato .tif), em mídia digital.		
5. Entrega de relatório final do projeto, no formato digital, contendo: a) dados quantitativos gerais do número de propriedades, extensão total do projeto, município, área total de APP degradada no Rio Coxim, vegetação nativa remanescente para compor a RL, e outros dados referentes ao cumprimento do Termo de Colaboração; b) demais informações pertinentes ao fechamento do projeto.	24º mês	Instituição/Fundação
6. Auxílio na análise das repercussões jurídicas do relatório, pesquisa de legislação, jurisprudência, organização de reuniões e elaboração de documentos por parte de bolsistas da área jurídica.	Durante 24 meses	Instituição/Fundação
7. Publicação em revista científica de 1 (um) artigo, em que deverá constar menção à parceria com o MPMS.	Até o 24º mês	Instituição/Fundação

OBJETIVO 2 – GEOPROCESSAMENTO PARA ATENDER DEMANDAS DO MPMS

Descrição: Emissão de 88 relatórios utilizando geoprocessamento (que poderão ou não ensejar vistoria das propriedades em campo) para atender às demandas de problemas ambientais, nos procedimentos judiciais e extrajudiciais (inquérito civil, notícia de fato, programas e projetos ambientais, ações judiciais, etc.) do MPMS.

Equipe: 3 bolsistas de pós-graduação, sendo 2 da área ambiental e 1 da área de Administração, supervisionados pelo **Professor Tutor 1** (aluno de doutorado). Supervisão geral: **Professor Supervisor 1**.

Ação	Prazo	Responsável
1. Levantamento de demandas com atuação do MPMS relacionadas a danos ambientais.	Durante 24 meses	MPMS - CAOMA
2. Elaboração de relatórios que deverão ser assinados pelos bolsistas e pelo responsável pela equipe (Professor Tutor 1), no formato digital, contendo: a) o parecer técnico conclusivo, relatando a situação ambiental do imóvel, no formato digital, assinado; b) os mapas temáticos com as imagens de satélite, as áreas quantificadas da área do imóvel, APP, vegetação nativa remanescente para compor a RL, bem como suas respectivas áreas degradadas (antropizadas), no formato digital, e assinados; c) os arquivos digitais em ambiente SIG contendo os vetores georreferenciados (no formato .shp), bem como as imagens de satélite georreferenciadas (no formato .tif), em mídia digital.	60 dias, a partir do recebimento da demanda	Instituição/Fundação
3. Entrega de relatórios parciais sobre as demandas atendidas, no formato digital, assinados pelos bolsistas e pelo Professor Tutor 1.	Semestral	Instituição/Fundação
4. Entrega de relatório final sobre as demandas atendidas, no formato digital, assinado pelos bolsistas e pelo Professor Tutor 1.	24º mês	Instituição/Fundação
5. Auxílio na análise das repercussões jurídicas do relatório, pesquisa de legislação, jurisprudência, organização de reuniões e elaboração de documentos por parte de bolsistas da área jurídica.	Durante 24 meses	Instituição/Fundação

6. Publicação em revista científica de 1 (um) artigo, no qual deverá constar menção à parceria com o MPMS.	Até o 24º mês	Instituição/Fundação
--	---------------	----------------------

OBJETIVO 3 - TRABALHO DE CAMPO E GEOPROCESSAMENTO – PROGRAMA S.O.S. RIOS

Descrição: Diagnóstico ambiental das propriedades rurais e urbanas que margeiam os Rios Coxim, Negro e Correntes, bem como os Córregos Brejão, Cangalha e do Arame (da nascente¹⁰ à foz de cada curso d'água¹¹) cujos polígonos não apresentam registros nos órgãos competentes, não havendo sido identificados no levantamento do Nugeo em consulta ao CAR, com a realização de vistorias *in loco* e geoprocessamento para emissão de relatórios desses imóveis.

Equipe: 3 bolsistas de pós-graduação, sendo 2 da área ambiental e 1 da área de Administração, supervisionados pelo **Professor Tutor 2** (aluno de doutorado). Supervisão geral: **Professor Supervisor 1**.

Observação: não é possível estimar o número de imóveis cujos polígonos não tenham sido identificados no levantamento do Nugeo.

Ação	Prazo	Responsável
1. Identificação dos imóveis situados nas margens dos Rios Coxim, Negro e Correntes, bem como dos Córregos Brejão, Cangalha e do Arame que não possuem polígonos identificados pelo Nugeo e elaboração de plano de visitas à(s) localidade(s) para identificação do(s) proprietário(s).	2º e 3º meses	Instituição/Fundação
2. Elaboração de ofício circular informando os proprietários da realização do diagnóstico, o qual deverá ser apresentado previamente à visita.	A depender de solicitação da Instituição/Fundação à PJ/MPMS	PJ/MPMS
3. Visitas ao(s) proprietário(s)/possuidor(es) do imóvel, solicitando o mapa da propriedade, inscrição no CAR, no Incra ou em qualquer outro órgão público ou, ainda, mapa particular não apresentado a qualquer instituição.	3º e 21º meses	Instituição/Fundação
4. Comunicação ao MPMS sobre os proprietários que não apresentaram o CAR, mediante relatórios individuais de cada uma das propriedades visitadas, informando: <ul style="list-style-type: none"> Nome do proprietário ou possuidor; Documentos pessoais (número ou foto do RG e/ou CPF); Contato telefônico e e-mail; Endereço; Número da matrícula do imóvel, quando informado (ou foto da matrícula); Dados da pessoa que prestou informações. 	3º ao 21º mês	Instituição/Fundação
5. Entrega da notificação aos proprietários que não possuem CAR, para apresentar ao professor/pesquisador.	3º e 21º meses	Instituição/Fundação
6. Elaboração de mapas com base nos polígonos dos imóveis recebidos dos proprietários, na fase posterior à visita/vistoria, contendo o seguinte: <ul style="list-style-type: none"> a) identificação das APPs e informação do estado de conservação; b) mapeamento quantitativo, por imagens de satélite, da vegetação nativa existente para compor a área de RL. 	24 meses	Instituição/Fundação
7. Auxílio na análise das repercussões jurídicas do relatório, pesquisa de legislação, jurisprudência, organização de reuniões e elaboração de documentos (bolsista da área jurídica).	Durante 24 meses	Instituição/Fundação
8. Entrega dos relatórios individuais de cada uma das propriedades, no formato digital, contendo: <ul style="list-style-type: none"> a) o parecer técnico conclusivo, relatando a situação ambiental do imóvel, assinado; 	Semestral	Instituição/Fundação

¹⁰ Exceto pelo Rio Correntes, que se inicia na confluência do Córrego Cangalha com o Córrego do Arame.

¹¹ No caso do Rio Correntes, serão averiguadas somente as propriedades que margeiam sua extensão dentro do Estado de Mato Grosso do Sul.

b) os mapas temáticos com as imagens de satélite, as áreas quantificadas do imóvel, APP, vegetação nativa remanescente para compor a RL, bem como suas respectivas áreas degradadas (antropizadas), assinados; c) os arquivos em ambiente SIG contendo os vetores georreferenciados (no formato .shp), bem como as imagens de satélite georreferenciadas (no formato .tif).		
9. Entrega de relatório final do projeto, no formato digital, contendo: a) dados quantitativos gerais do número de propriedades, extensão total do projeto, município, área total de APP degradada, vegetação nativa remanescente para compor a RL, e outros dados referentes ao cumprimento do termo; b) demais informações pertinentes ao fechamento do projeto.	24° mês	Instituição/Fundação
10. Publicação em revista científica de 1 (um) artigo, em que deverá constar menção à parceria com o MPMS.	Até o 24° mês	Instituição/Fundação

OBJETIVO 4 – DEMANDAS DO MP (GEOPROCESSAMENTO, TRABALHO DE CAMPO E ANÁLISES)

Descrição: Emissão de 188 relatórios em atendimento a demandas relativas a problemas ambientais, nos procedimentos judiciais e extrajudiciais do MPMS.

Equipe: 5 bolsistas de pós-graduação, sendo 4 da área ambiental e 1 bolsista da área de Direito, supervisionados pelo **Professor Tutor 2** (aluno de doutorado). Supervisão geral: **Professor Supervisor 1**.

Ação	Prazo	Responsável
1. Levantamento de demandas do MPMS relativas a danos ambientais.	Durante 24 meses	MPMS - CAOMA
2. Elaboração de relatórios sobre as demandas levantadas (que poderão ou não ser objeto de vistorias em campo), assinados sob a responsabilidade dos bolsistas e do Professor Tutor 2.	60 dias, a partir do recebimento da demanda	Instituição/Fundação
3. Auxílio na análise das repercussões jurídicas do relatório, pesquisa de legislação, jurisprudência, organização de reuniões e elaboração de documentos (bolsista da área jurídica).	Durante 24 meses	Instituição/Fundação
4. Publicação em revista científica de 1 (um) artigo, em que deverá constar menção à parceria com o MPMS.	Até o 24° mês	Instituição/Fundação
5. Entrega de relatório final dos atendimentos às demandas do MPMS, no formato digital.	24° mês	Instituição/Fundação

OBJETIVO 5 – DEMANDAS DO MP (GEOPROCESSAMENTO, TRABALHO DE CAMPO E ANÁLISES) – Unidades Regionais

Descrição: Emissão de 168 relatórios em 24 meses (56 relatórios para cada unidade), em atendimento a demandas com atuação do MPMS relativas a problemas ambientais das Bacias Hidrográficas dos Rios Paraná e Paraguai, em procedimentos judiciais e extrajudiciais.

Equipe: Bolsistas de pós-graduação supervisionados por Professores Supervisores locais, nas seguintes unidades:

- **Chapadão do Sul:** 1 bolsista de pós-graduação e Professor Tutor local;
- **Corumbá:** 1 bolsista de pós-graduação e Professor Tutor local;
- **Três Lagoas:** 1 bolsista de pós-graduação e Professor Tutor local.

O **Professor Supervisor 2** (doutorado em área ambiental) possui a responsabilidade de promover a integração das unidades do interior.

Ação	Prazo	Responsável
1. Levantamento de demandas relativas a danos ambientais nos procedimentos judiciais e extrajudiciais do MPMS.	Durante 24 meses	PJ-MPMS
2. Elaboração e entrega de relatórios/pareceres em atendimento às demandas do	60 dias, a partir do	Instituição/Fundação

MPMS (que poderão ou não ser objeto de vistorias em campo), no formato digital, assinados sob a responsabilidade do bolsista e do Professor Tutor local.	recebimento da demanda	
3. Entrega de relatório final dos atendimentos às solicitações do MPMS, no formato digital.	24º mês	Instituição/Fundação

OBJETIVO 6 – ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS (GEOPROCESSAMENTO, TRABALHO DE CAMPO E ANÁLISES) DE PARECERES DE COMPETÊNCIA DIFERENCIADA

Descrição: Implementação do Programa **Centro Integrado de Proteção e Pesquisa Ambiental (CEIPPAM)**, mediante elaboração de relatórios/pareceres técnicos que não sejam abrangidos e não possam ser atendidos pelas competências das equipes previstas para os Objetivos 1 a 5, com a emissão de 41 relatórios/pareceres com conhecimentos técnico-científicos específicos (graduação e especialização: arqueólogo; antropólogo; especialistas em controle de poluição e emissões atmosféricas, mudanças climáticas, qualidade do ar, análises laboratoriais e outras especialidades na área ambiental).

Equipe: O **Professor Supervisor 2** possui a responsabilidade de identificar o especialista/perito para atender a solicitação do MPMS, no prazo de 15 (quinze) dias e acompanhar e controlar o prazo de entrega dos relatórios/pareceres.

O especialista/perito tem o prazo de 60 (sessenta) dias para elaborar e entregar o relatório/parecer técnico ao MPMS.

Ação	Prazo	Responsável
1. O Professor Supervisor 2 identificará os professores especialistas/peritos e entrará em contato com estes.	15 dias, a partir da solicitação do MPMS	Instituição/Fundação – Professor Supervisor 2
2. Elaboração e apresentação de relatório/parecer técnico, no formato digital.	60 (sessenta) dias, a partir do recebimento da demanda	Instituição/Fundação – Professor especialista, sob a supervisão do Professor Supervisor 2
3. Apresentação do relatório final, no formato digital.	24º mês	Instituição/Fundação – Professor Supervisor 2

OBJETIVO 7 – CRIAÇÃO DE BANCO DE DADOS DENOMINADO “BANCO DE COMPETÊNCIAS”

Descrição: Cadastro de professores/pesquisadores para atuarem como peritos, contendo: graduação, especialização, área de atuação, universidade/instituição em que trabalha, vínculo empregatício com a instituição, telefone e *e-mail*, bem como outras informações que forem julgadas pertinentes.

Equipe: 3 bolsistas de graduação da área de computação/informática, supervisionados pelo **Professor Supervisor 3**, da mesma área.

Ação	Prazo	Responsável
1. Criação do banco de dados denominado “Banco de Competências”, disponibilizando perpetuamente para consulta, atualização e alteração, dados dos profissionais/professores peritos, aos servidores e membros do MPMS.	12º mês	Instituição/Fundação – Professor Supervisor 3
2. Inserção/armazenamento do Banco de Competências, no <i>site</i> da fundação/instituição, com disponibilização perpétua para consulta, atualização e alteração de dados dos profissionais/professores peritos aos servidores e membros do MPMS.	12º mês	Instituição/Fundação – Professor Supervisor 3
3. Elaboração de relatórios parcial (1º semestre) e final (segundo semestre) dos trabalhos, em formato digital, os quais deverão ser entregues ao MPMS.	6º (parcial) e 12º mês (final)	Instituição/Fundação – Professor Supervisor 3

OBJETIVO 8 – AMPLIAÇÃO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO PROJETO QUAPIVARA

Descrição: Monitoramento dos movimentos de espécies de mamíferos silvestres – no mínimo, 30 (trinta) animais –, por meio de GPS, para identificar pontos críticos e propor intervenções visando evitar ou minimizar os atropelamentos, no trecho de Campo Grande a Bonito (Rodovias BR 060, BR 419, MS 382 e MS 178), com os seguintes produtos:

- a) identificação de pontos críticos com sugestões de intervenções; mapeamento do movimento dos animais; projeções de áreas de risco para outras rodovias baseadas no cruzamento espacial da paisagem, por meio de sensoriamento remoto;

<ul style="list-style-type: none"> b) apoio na realização de um evento sobre atropelamento da fauna silvestre; c) auxílio técnico em inquéritos civis da 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande sobre atropelamento da fauna silvestre. Supervisão: Professor Supervisor 4 (doutorado em área ambiental com ênfase em ecologia do movimento). 		
Ação	Prazo	Responsável
1. Pesquisa e definição das espécies de mamíferos silvestres que serão monitorados.	1º e 2º meses	Instituição/Fundação Professor Supervisor 4
2. Trabalho de campo para captura dos mamíferos silvestres para instalação do sistema GPS a fim de monitorá-los.	3º, 4º e 5º meses	Instituição/Fundação Professor Supervisor 4
3. Acompanhamento e monitoramento dos fluxos dos mamíferos silvestres nas rodovias.	6º ao 24º mês	Instituição/Fundação Professor Supervisor 4
4. Apresentação de relatório parcial (em formato digital) dos trabalhos desenvolvidos, contendo os mapas de fluxos, fotos, etc. (a cada 6 meses).	6º, 12º e 18º meses	Instituição/Fundação Professor Supervisor 4
5. Encaminhamento mensal ao <i>e-mail</i> nugeo@mpms.mp.br dos arquivos digitais georreferenciados (em formato <i>shapefile</i>).	A partir do 6º mês até o 24º mês	Instituição/Fundação Professor Supervisor 4
6. Apresentação do relatório final, em formato digital, contendo as metodologias desenvolvidas, resultados (inclusive identificando os pontos críticos), sugestões de intervenções para evitar ou minimizar os atropelamentos nas rodovias do Estado, e entrega de um mapa indicando outras rodovias com alto risco de atropelamento.	24º mês	Instituição/Fundação Professor Supervisor 4
7. Participação em evento realizado pelo MP sobre atropelamento da fauna silvestre.	Durante a vigência do Termo	Instituição/Fundação Professor Supervisor 4
8. Auxílio técnico em inquéritos civis da 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande sobre atropelamento da fauna silvestre.	Durante a vigência do Termo	Instituição/Fundação Professor Supervisor 4
9. Publicação em revista científica de 1 (um) artigo, em que deverá constar menção à parceria com o MPMS.	Até o 24º mês	Professor Supervisor 4

OBJETIVO 9 – IMPLEMENTAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA**Descrição:** Curso de capacitação na área ambiental voltado a servidores, membros e parceiros do MPMS.**Supervisão: Professor Supervisor 2** (doutorado em área ambiental).

Ação	Prazo	Responsável
1. Solicitação do curso e aprovação do local, assunto, conteúdo, programação, palestrantes, público-alvo e carga horária.	Durante a vigência do Termo	MPMS
2. Organização e realização do curso de capacitação aos servidores, membros e parceiros do MPMS.	Durante a vigência do Termo	Instituição/Fundação
3. Cotações (mínimo de 3) e pagamentos de passagem, hospedagem, alimentação, serviços de terceiros (qualificação, assessoria, consultoria e outros) – a autorização de pagamento será feita pelo MPMS para a proposta de menor valor.	Durante a vigência do Termo	Instituição/Fundação
4. Material gráfico (impresso ou digital) e divulgação, após autorização do MPMS.	Durante a vigência do Termo	Instituição/Fundação
5. Relatórios parcial e final de prestação de contas, em formato digital.	12º e 24º mês	Instituição/Fundação

ANEXO III DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2019-CAOMA/PGJ
Detalhamento do projeto – equipe, objetivos gerais e específicos, e resultados esperados

1. EQUIPE DO PROJETO

1.1 Professores Supervisores¹² (titulação mínima exigida)

- Professor Supervisor 1: doutorado (área ambiental)
- Professor Supervisor 2: doutorado (área ambiental)
- Professor Supervisor 3: doutorado (área de computação/informática)
- Professor Supervisor 4: doutorado (área ambiental com ênfase em ecologia do movimento)

1.1.1 Objetivos tutelados

Os **Objetivos 1 a 4** serão tutelados pelo **Professor Supervisor 1**.

Os **Objetivos 5, 6 e 9** serão tutelados pelo **Professor Supervisor 2**.

O **Objetivo 7** será tutelado pelo **Professor Supervisor 3**.

O **Objetivo 8** será tutelado pelo **Professor Supervisor 4**.

1.2 Professores Tutores¹³

- Professor Tutor 1: aluno de doutorado
- Professor Tutor 2: aluno de doutorado

1.2.1 Objetivos tutelados

O **Professor Tutor 1** atuará nos **Objetivos 1 e 2**.

O **Professor Tutor 2** atuará nos **Objetivos 3 e 4**.

1.3 Bolsistas de graduação e pós-graduação

As áreas estão detalhadas no Anexo II do Edital de Chamamento Público nº 1/2019-CAOMA/PGJ.

1.4 Coordenação, fiscalização e supervisão

Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) - Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Meio Ambiente, da Habitação e Urbanismo e do Patrimônio Histórico e Cultural (CAOMA)

E-mail: caoma@mpms.mp.br.

2. OBJETIVOS GERAIS

Elaborar e executar diagnósticos ambientais das propriedades rurais e urbanas no Estado de Mato Grosso do Sul situadas em ambas as margens, da nascente¹⁴ à foz, dos Rios Coxim, Negro e Correntes, bem como dos Córregos Brejão, Cangalha e do Arame – Programa SOS Rios –; atender as demandas do MPMS nos procedimentos judiciais e extrajudiciais de problemas ambientais, nas Bacias Hidrográficas dos Rios Paraná e Paraguai, no Estado de Mato Grosso do Sul; ampliar a área do Projeto Quapivara; implementar curso de capacitação técnica aos integrantes e parceiros do MPMS; criar o Banco de Competências; e, ainda, apoiar o Programa Centro Integrado de Proteção e Pesquisa Ambiental (CEIPPAM), com elaboração de relatórios/laudos técnicos.

2.1 Objetivos específicos

2.1.1 Objetivo 1: Geoprocessamentos dos Rios Coxim, Negro e Correntes, bem como dos Córregos Brejão, Cangalha e do Arame – Programa SOS Rios

Trabalho de geoprocessamento, vistoria *in loco* (se necessário), nas 474 propriedades identificadas pelo Núcleo de Geotecnologias do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (Nugeo/MPMS) por meio de levantamento realizado referente aos imóveis que possuem polígonos registrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR) – **ver Anexo V do Edital de Chamamento Público nº 1/2019-CAOMA-PGJ**.

Professor Tutor 1 (aluno de doutorado)

- Mapear as propriedades situadas em Mato Grosso do Sul que margeiam os Rios Coxim, Negro e Correntes, bem como os Córregos Brejão, Cangalha e do Arame, em toda sua extensão, por meio de imagens de satélites;
- Identificar as áreas de vegetação, uso e ocupação do solo de cada propriedade;
- Quantificar, por meio da elaboração de polígonos, os locais de vegetação e área antropizada;
- Elaborar mapas georreferenciados;

¹² Professor Supervisor: função de coordenar e supervisionar as equipes de trabalho.

¹³ Professor Tutor: função de coordenar, supervisionar e executar os trabalhos da equipe de bolsistas.

¹⁴ Exceto no caso do Rio Correntes, que se inicia na confluência do Córrego Cangalha com o Córrego do Arame.

- Analisar as repercussões jurídicas do relatório, pesquisar legislação e jurisprudência, organizar reuniões e elaborar documentos (bolsista da área jurídica);
- Elaborar os relatórios técnicos individuais de cada uma das propriedades, que serão assinados pelo bolsista de pós-graduação e pelo responsável pela equipe (Professor Tutor 1);
- Entregar semestralmente os relatórios individuais de cada uma das propriedades, em formato digital, que deverão ser assinados pelos bolsistas e pelo responsável pela equipe (Professor Tutor 1) contendo:
 - a) o parecer técnico conclusivo, relatando a situação ambiental do imóvel;
 - b) os mapas temáticos com as imagens de satélite, as áreas quantificadas do imóvel, área de preservação permanente (APP), vegetação nativa remanescente para compor a reserva legal (RL), bem como, suas respectivas áreas degradadas (antropizadas);
 - c) os arquivos em Sistema de Informação Geográfica (ambiente SIG) contendo os vetores georreferenciados (no formato .shp), bem como as imagens de satélite georreferenciadas (no formato .tif);
- Entregar relatório final do projeto ao MP, em formato digital, contendo dados quantitativos gerais do número de propriedades, municípios, extensão total do projeto, área total de APP degradada, vegetação nativa remanescente para compor a RL, e demais informações pertinentes ao fechamento do projeto.

2.1.2 Objetivo 2: Geoprocessamento para atender as demandas do MPMS

Utilizando geoprocessamento, atender as demandas do MPMS relativas a problemas ambientais, nos procedimentos judiciais e extrajudiciais, nas Bacias Hidrográficas dos Rios Paraná e Paraguai.

Professor Tutor 1 (aluno de doutorado)

- Atender demandas do MP referentes a problemas ambientais no Estado de Mato Grosso do Sul;
- Identificar as áreas de vegetação, uso e ocupação do solo;
- Identificar áreas com degradação ambiental;
- Elaborar mapas georreferenciados;
- Analisar repercussões jurídicas do relatório, pesquisar legislação e jurisprudência, organizar reuniões e elaborar documentos (bolsista da área jurídica);
- Entregar semestralmente os relatórios individuais de cada uma das propriedades, em formato digital, que deverão ser assinados pelos bolsistas e pelo responsável pela equipe (Professor Tutor 1) contendo:
 - a) o parecer técnico conclusivo, relatando a situação ambiental do imóvel;
 - b) os mapas temáticos com as imagens de satélite, as áreas quantificadas do imóvel, APP, vegetação nativa remanescente para compor a RL, bem como suas respectivas áreas degradadas (antropizadas);
 - c) os arquivos em ambiente SIG contendo os vetores georreferenciados (no formato .shp), bem como as imagens de satélite georreferenciadas (no formato .tif);
- Entregar relatório final sobre as demandas atendidas, assinado pelos bolsistas e pelo Professor Tutor 1 – contabilizar-se-ão, no final de 24 meses, 88 relatórios/pareceres sobre demandas do MPMS, contendo todos os mapas e polígonos confeccionados, que serão entregues em formato digital.

2.1.3 Objetivo 3: Trabalho de campo e geoprocessamento nos Rios Coxim, Negro e Correntes, bem como nos Córregos Brejão, Cangalha e do Arame – Programa SOS Rios (**ver Anexo V do Edital de Chamamento Público nº 1/2019-CAOMA/PGJ**)

Professor Tutor 2 (aluno de doutorado)

- Identificar imóveis ao longo das margens dos Rios Coxim, Negro e Correntes (propriedades situadas na extensão do rio dentro de MS), bem como dos Córregos Brejão, Cangalha e do Arame que não apresentam registros nos órgãos competentes e não foram identificados pelo Nugeo/MPMS;
- Realizar visita *in loco* solicitando o mapa de cada propriedade, seja mediante a informação da inscrição no CAR, no Incra ou em qualquer outro órgão público, ou ainda mapa particular não apresentado a qualquer instituição, em formato *shapefile* (.shp);
- Caso o proprietário/possuidor do imóvel não possua os documentos citados no item anterior, o professor/pesquisador deve entregar à pessoa que atendeu a equipe e/ou acompanhou a vistoria do imóvel as notificações expedidas pela Promotoria de Justiça da comarca, para que sejam apresentados pelo proprietário/possuidor a matrícula do imóvel, o mapa da área e outras informações pertinentes (dados pessoais e meios de contato);
- Identificar com GPS as coordenadas das propriedades que não apresentarem o registro da matrícula ou mapas em formato *shapefile*;
- Após obter as informações do imóvel e do proprietário/possuidor, o professor/pesquisador deve elaborar relatório/parecer contendo essas informações e realizar mapas temáticos:
 - a) elaborar mapas com base nos polígonos recebidos dos proprietários;
 - b) identificar as áreas de vegetação, uso e ocupação do solo;

- c) quantificar, por meio da elaboração de polígonos, os locais que apresentarem vegetação e área antropizada;
- d) elaborar mapas georreferenciados;
- Elaborar os relatórios técnicos individuais de cada uma das propriedades¹⁵, que serão assinados pelos bolsistas e pelo responsável pela equipe (Professor Tutor 2) e entregues, semestralmente, ao MPMS, em formato digital;
- Analisar repercussões jurídicas do relatório, pesquisar legislação e jurisprudência, organizar reuniões e elaborar documentos (bolsista da área jurídica);
- Entregar semestralmente os relatórios individuais de cada uma das propriedades, em formato digital, contendo:
 - a) o parecer técnico conclusivo, relatando a situação ambiental do imóvel;
 - b) os mapas temáticos com as imagens de satélite, as áreas quantificadas do imóvel, APP, vegetação nativa remanescente para compor a RL, bem como suas respectivas áreas degradadas (antropizadas);
 - c) os arquivos em ambiente SIG contendo os vetores georreferenciados (no formato .shp), bem como as imagens de satélite georreferenciadas (no formato .tif);
- Entregar relatório final do projeto ao MPMS, em formato digital, contendo dados quantitativos gerais do número de propriedades, municípios, extensão total do projeto, área total de APP degradada, vegetação nativa remanescente para compor a RL, e demais informações pertinentes ao fechamento do projeto.

2.1.4 Objetivo 4: Demandas do MPMS (geoprocessamento, trabalho de campo e análises)

Professor Tutor 2 (aluno de doutorado)

- Atender as demandas de problemas ambientais, nos procedimentos judiciais e extrajudiciais, do MPMS;
- Realizar trabalho de campo *in loco* para atender demandas do MPMS, quando necessário;
- Analisar planos, programas, projetos, estudo de impacto ambiental, relatório de impacto ambiental e outros documentos na área ambiental;
- Elaborar os relatórios/pareceres técnicos individuais de cada uma das propriedades, que serão assinados pelos bolsistas, professores e responsável pela equipe (Professor Tutor 2) e entregues ao MPMS – contabilizar-se-ão, no final de 24 meses, 188 relatórios/pareceres referentes a demandas do MPMS, contendo todos os mapas e polígonos confeccionados, que serão entregues em formato digital.

2.1.5 Objetivo 5: Atendimento às demandas do MPMS (geoprocessamento, trabalho de campo e análises) – Unidades regionais

Integração no interior

Os relatórios/pareceres ficarão sob a responsabilidade dos Professores Tutores locais das cidades de Chapadão do Sul, Corumbá e Três Lagoas com especialização em áreas de interesse do MPMS.

- Atender as demandas do MPMS relativas a problemas ambientais, nos procedimentos judiciais e extrajudiciais;
- Realizar trabalho de campo *in loco* a fim de atender demandas do MPMS, quando necessário;
- Analisar e emitir pareceres de planos, programas, projetos, estudo de impacto ambiental, relatório de impacto ambiental e outros documentos na área ambiental, que deverão ser entregues em formato digital;
- Elaborar relatórios/pareceres técnicos individuais assinados pelos bolsistas, professores e responsável pela equipe (Professor Tutor local), que serão entregues ao MPMS, em formato digital – contabilizar-se-ão, no final de 24 meses, 168 relatórios/pareceres (56 por bolsista/unidade) referentes a demandas do MPMS.

2.1.6 Objetivo 6: Atendimento às demandas (geoprocessamento, trabalho de campo e análises) de pareceres de competência diferenciada (arqueólogo; antropólogo; especialistas em controle de poluição e emissões atmosféricas, mudanças climáticas, qualidade do ar, análises laboratoriais e outras especialidades na área ambiental)

- Implementar o Programa CEIPPAM, mediante atendimento às solicitações do MPMS na análise e emissão de relatórios/pareceres técnicos que não sejam abrangidos e não possam ser atendidos pelas competências das equipes previstas para os Objetivos 1 a 5;
- Analisar planos, programas, projetos, estudo de impacto ambiental, relatório de impacto ambiental e outros documentos na área ambiental;
- Elaborar e entregar os relatórios/pareceres técnicos ao MPMS, no prazo de 60 dias, em formato digital – contabilizar-se-ão, no final de 24 meses, 41 relatórios/pareceres referentes a demandas do MPMS.

2.1.7 Objetivo 7 – Criação de banco de dados (“Banco de Competências”)

- Criar o Banco de Competências, com cadastros de professores/pesquisadores do Estado de Mato Grosso do Sul para atuarem como peritos, contendo: graduação, especialização, área de atuação, universidade/instituição em que

¹⁵ Não é possível estimar o número de propriedades.

trabalha, vínculo empregatício com a empresa/instituição, telefone e *e-mail*, bem como outras informações que forem julgadas pertinentes.

- Elaborar relatórios parcial (6º mês) e final (12º mês) dos trabalhos desenvolvidos por cada bolsista, em formato digital, a serem entregues ao MPMS no término de cada semestre – esses relatórios deverão ser assinados pelos bolsistas e pelo Professor Supervisor 3.

- Inserir/armazenar o Banco de Competência, no *site* da fundação/instituição, com disponibilização para consulta, atualização e alteração de dados dos profissionais/professores peritos, aos servidores e membros do MPMS, por tempo indeterminado.

2.1.8 Objetivo 8 – Ampliação da área de atuação do Projeto Quapivara

- Requerer as licenças ambientais dos órgãos ambientais competentes, logo após a disponibilização do recurso financeiro;

- Monitorar o movimento de espécies de mamíferos silvestres, por meio de GPS, para identificar pontos críticos e propor intervenções visando evitar ou minimizar os atropelamentos nas rodovias BR 060, BR 419, MS 382, MS 178 (trecho de Campo Grande a Bonito) – as espécies de mamíferos a serem monitoradas estarão dentro das 3 (três) espécies mais atropeladas nas rodovias de Mato Grosso do Sul;

- Monitorar, no mínimo, 30 (trinta) animais;

- Apresentar ao MPMS 3 (três) relatórios parciais (em formato digital) dos trabalhos desenvolvidos no primeiro, segundo e terceiro semestres, respectivamente ao fim do 6º, 12º e 18º meses;

- Encaminhar ao MPMS os arquivos digitais georreferenciados (em formato *shapefile*), mensalmente, a partir do 6º mês até o 24º mês;

- Apresentar relatório final contendo as metodologias desenvolvidas, resultados (inclusive identificando os pontos críticos), sugestões de intervenções para evitar ou minimizar os atropelamentos em rodovias do Estado e entregar um mapa indicando outras rodovias com alto risco de atropelamento, em formato digital;

- Apoiar a realização de um evento sobre atropelamento de fauna silvestre;

- Auxiliar em inquéritos civis da 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande sobre atropelamento da fauna silvestre.

2.1.9 Objetivo 9 – Implementação de curso de capacitação técnica (área ambiental) aos servidores, membros e parceiros do MPMS

- Organizar e realizar curso de capacitação aos servidores, membros e parceiros do MPMS;

- Realizar cotações (mínimo de 3) e pagamentos de passagem, hospedagem, alimentação, serviços de terceiros (qualificação, assessoria, consultoria e outros);

- Preparar o material gráfico (impresso e/ou digital) e realizar a divulgação do evento;

- Apresentar ao MPMS relatório parcial e final de prestação de contas, em formato digital.

3. RESULTADOS ESPERADOS

Os relatórios e pareceres técnicos, relatórios parcial e final e prestação de contas e outros documentos referentes a este projeto deverão ser enviados em formato digital ao MPMS, no *e-mail*: caoma@mpms.mp.br.

3.1 Objetivos 1 e 2

Diagnóstico da situação ambiental de cada propriedade situada nas margens dos Rios Coxim, Negro e Correntes (apenas imóveis situados na extensão deste rio dentro de MS), bem como dos Córregos Cangalha e do Arame, proporcionando condições de referências futuras, mediante comparação de uma evolução ambiental positiva ou negativa;

Mapa individual e geral com mosaico contemplando os imóveis agrupados por município, plotado em escala adequada;

Arquivos digitais dos dados espaciais em ambiente SIG, projeção no Sistema Universal Transverso de Mercator (UTM), *datum* Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS) 2000, no formato *shapefile*, das propriedades com todas as informações levantadas – estes arquivos deverão ser enviados juntamente com as imagens de satélite ao MPMS, semestralmente;

Relatório final, em formato digital, contemplando as informações relevantes e conclusões técnicas;

Emissão de 474 relatórios/pareceres técnicos (Objetivo 1) + 88 relatórios/pareceres técnicos (Objetivo 2), totalizando 562 relatórios/pareceres;

Publicação em revista científica de pelo menos 1 (um) artigo científico produzido pelo Professor Tutor 1 e pelo menos 1 (um) artigo científico produzido pelos bolsistas referentes aos produtos gerados dos laudos técnicos dos Rios Coxim, Negro e Correntes, bem como dos Córregos Cangalha e do Arame, e às demandas – nesses artigos deverá constar

menção à parceria com o MPMS.

3.2 Objetivos 3 e 4

O relatório/parecer de cada propriedade visitada, nas margens dos Rios Coxim, Negro e Correntes, bem como dos Córregos Cangalha e do Arame, contendo o número do registro ou mapas, ou, em não sendo possível obter tais informações, a realização de entrega aos proprietários/possuidores de notificações expedidas pela Promotoria de Justiça da comarca do município, para que sejam apresentadas a matrícula do imóvel, o mapa e outras informações pertinentes;

Diagnóstico da situação ambiental de cada propriedade situada nas margens dos Rios Coxim, Negro e Correntes (extensão dentro de MS), bem como dos Córregos Cangalha e do Arame, proporcionando condições de referências futuras, a fim de verificar se houve recuperação do dano ambiental ou não;

Arquivos digitais dos dados espaciais em ambiente SIG, projeção UTM, *datum* SIRGAS 2000, no formato *shapefile*, das propriedades com todas as informações levantadas em campo – estes arquivos deverão ser enviados ao MPMS juntamente com as imagens de satélite, semestralmente;

Elaboração de relatórios/pareceres técnicos em atendimento às demandas do MPMS relativas a problemas ambientais nas Bacias Hidrográficas dos Rios Paraná e Paraguai, podendo ser: trabalho de campo, *in loco*, geoprocessamento e análises de documentos da área ambiental;

Elaboração de relatórios finais, no formato digital:

- do Objetivo 3, contendo dados quantitativos gerais do número de propriedades, extensão total do projeto, município, área total de APP degradada, vegetação nativa remanescente para compor a RL, e outros dados referentes ao cumprimento do termo de colaboração e demais informações pertinentes ao fechamento do projeto;

- do Objetivo 4, contendo síntese dos atendimentos às demandas do MPMS);

Publicação em revista científica de pelo menos 1 (um) artigo científico produzido pelo Professor Tutor 2 e pelo menos 1 (um) artigo científico produzido pelos bolsistas referentes aos produtos gerados dos laudos técnicos dos Rios Coxim, Negro e Correntes, bem como dos Córregos Cangalha e do Arame e às demandas – nesses artigos deverá constar menção à parceria com o MPMS.

3.3 Objetivo 5

Elaboração e entrega de relatórios/pareceres em atendimento às demandas do MPMS (que poderão ou não ser objeto de vistorias em campo), assinados sob a responsabilidade do bolsista e Professor Tutor local, no formato digital;

Emissão de 168 relatórios/pareceres técnicos (56 por unidade – Chapadão do Sul, Corumbá e Três Lagoas).

3.4 Objetivo 6

Elaboração de relatórios/pareceres técnicos, podendo ser realizado trabalho de campo, geoprocessamento e análises de documentos da área ambiental que exigem conhecimento técnico específico (não abrangido pelas equipes dos Objetivos 1 a 5) dos professores para atender as demandas do MPMS relativas a problemas ambientais nas Bacias Hidrográficas dos Rios Paraná e Paraguai;

Emissão de 41 relatórios/pareceres técnicos, no formato digital.

3.5 Objetivo 7

Criação, **no prazo de 12 meses**, de banco de dados a ser disponibilizado aos servidores e membros do MPMS para consulta, atualização e alteração de dados, denominado “Banco de Competências”, contendo cadastro (formação acadêmica, pós-graduação, área de atuação, universidade/instituição em que trabalha, se possui vínculo empregatício, telefone, *e-mail* e outras informações julgadas pertinentes) de professores/pesquisadores do Estado de Mato Grosso do Sul para atuarem como peritos, na área ambiental, em diversos níveis de conhecimento;

Facilitar a identificação dos professores/pesquisadores mais adequados para elaboração de relatórios/pareceres/laudos técnicos, dada a descrição textual de um problema;

Inserção/armazenamento do Banco de Competência no *site* da Fundação/instituição, com disponibilização aos servidores e membros do MPMS para consulta, alteração e atualização, por tempo indeterminado;

Elaboração dos relatórios parcial e final dos trabalhos desenvolvidos, em formato digital, a serem entregues ao Ministério Público, no final do primeiro e do segundo semestres.

3.6 Objetivo 8

Identificação dos pontos críticos com sugestões de intervenções, mapeamento dos movimentos dos animais, com projeções de áreas de risco para outras rodovias com base no cruzamento espacial da paisagem, por meio de sensoriamento remoto;

Participação em evento realizado pelo MPMS sobre atropelamento da fauna silvestre;

Emissão de pareceres técnicos em inquéritos civis da 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande sobre atropelamento da fauna silvestre.

Encaminhamento dos arquivos digitais georreferenciados (em formato *shapefile*), mensalmente;

Elaboração de 3 relatórios parciais dos trabalhos desenvolvidos, em formato digital (contendo os mapas de fluxos, fotos, entre outros);

Apresentação do relatório final, no formato digital, contendo as metodologias desenvolvidas, resultados (inclusive identificando pontos críticos), sugestões de intervenções para evitar ou minimizar os atropelamentos em rodovias do Estado;

Publicação em revista científica de pelo menos 1 (um) artigo científico referente aos produtos gerados dos laudos técnicos, em que deverá constar menção à parceria com o MPMS.

3.7 Objetivo 9

Organização e realização do curso de capacitação técnica (área ambiental) aos servidores, membros e parceiros do MPMS;

Elaboração de material gráfico e realização de divulgação do evento;

Relatórios parcial e final de prestação de contas, em formato digital.

ANEXO IV DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2019-CAOMA/PGJ

Cronograma físico-financeiro

Orçamento/Descrição	Mês 1	Meses 2 a 24	TOTAL
Material permanente (escritório, computadores e outros)	178.500,00		178.500,00
Material permanente de campo (EPI, equipamentos, colar com GPS para animais, veículo, incluindo-se manutenções e revisões, e outros)	264.000,00		264.000,00
Outros (material de consumo para análises, ART e outros)	96.000,00		96.000,00
Gasto anual			
Seguro (veículo e pessoal) e pagamento de Conselhos de Classe	32.500,00	52.500,00	85.000,00
Gasto mensal			
Bolsas para professores tutores	12.000,00	276.000,00	288.000,00
Bolsas para pós-graduação + auxílio-transporte (19 alunos)	37.050,00	852.150,00	852.187,00
Bolsas para graduação (3 alunos) - prazo de 12 meses	3.450,00	34.650,00 (meses 2 a 12)	38.100,00
Diárias	9.000,00	207.000,00	216.000,00
Serviços de terceiros (hospedagem, passagem, alimentação, serviços de qualificação, divulgação, material gráfico)	10.000,00	230.000,00	240.000,00
Combustível	8.100,00	251.475,00	259.575,00
TOTAL			2.517.362,00
TOTAL COM O MÁXIMO DE 10% PARA CUSTOS INDIRETOS			2.769.098,20

ANEXO V DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 1/2019-CAOMA-PGJ
MAPAS DOS RIOS COXIM, NEGRO E CORRENTES, E CÓRREGOS BREJÃO, CANGALHA E DO
ARAME
PROJETO SOS RIOS

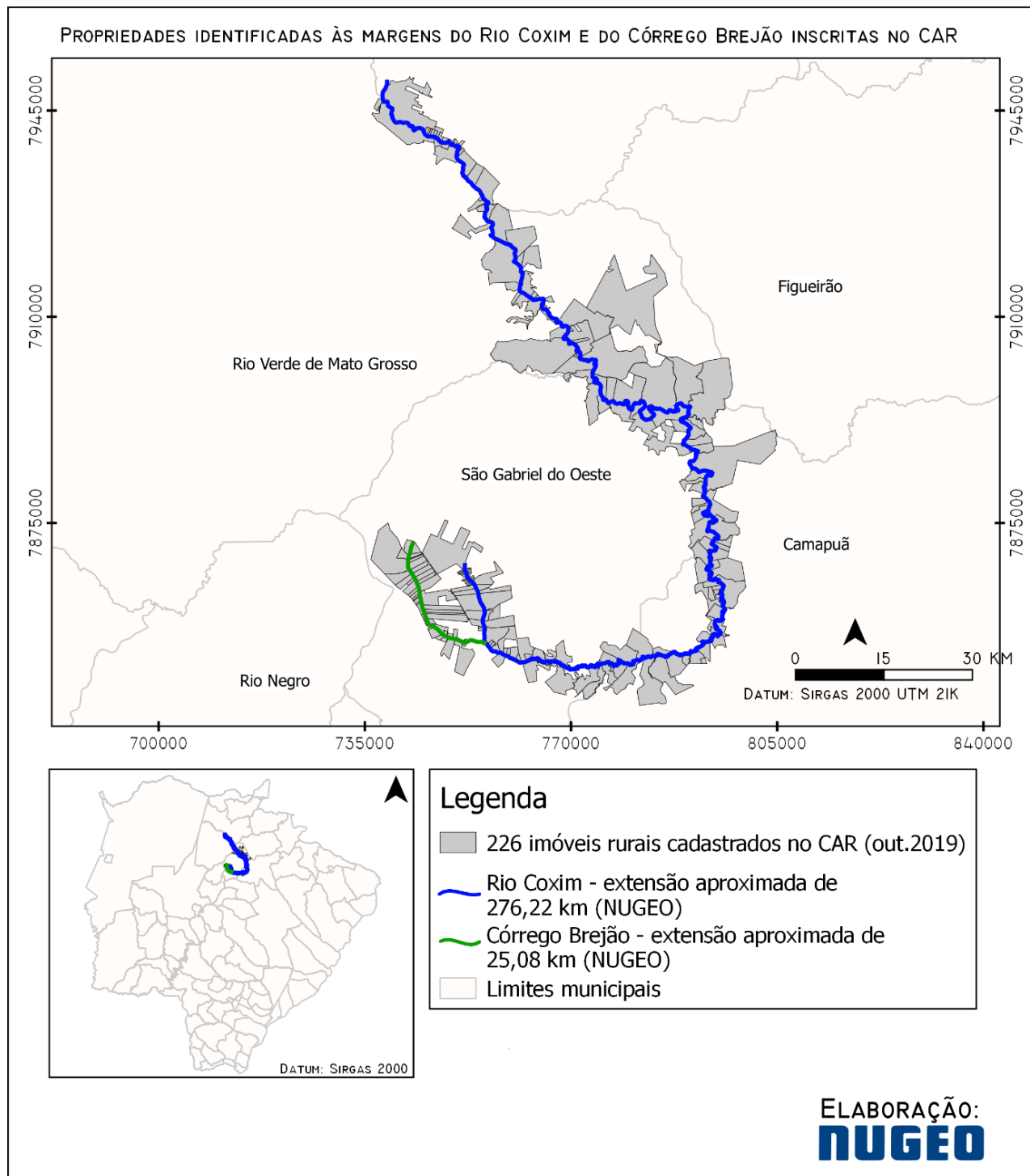


Figura 1: Mapa do Rio Coxim e do Córrego Brejão, com a indicação das propriedades identificadas pelo Núcleo de Geotecnologias (Nugeo) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS).

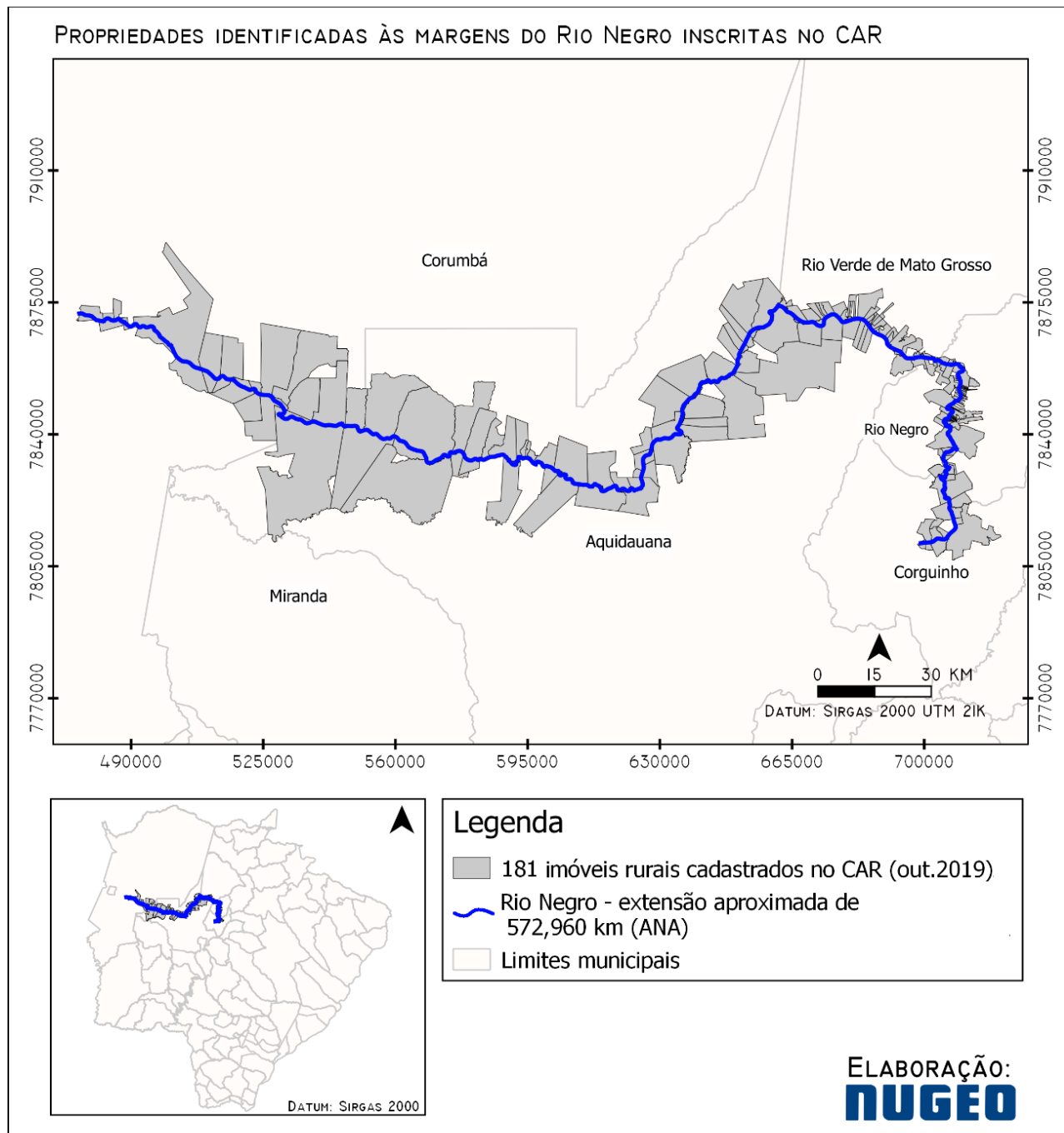


Figura 2: Mapa do Rio Negro com a indicação das propriedades identificadas pelo Nugeo/MPMS.

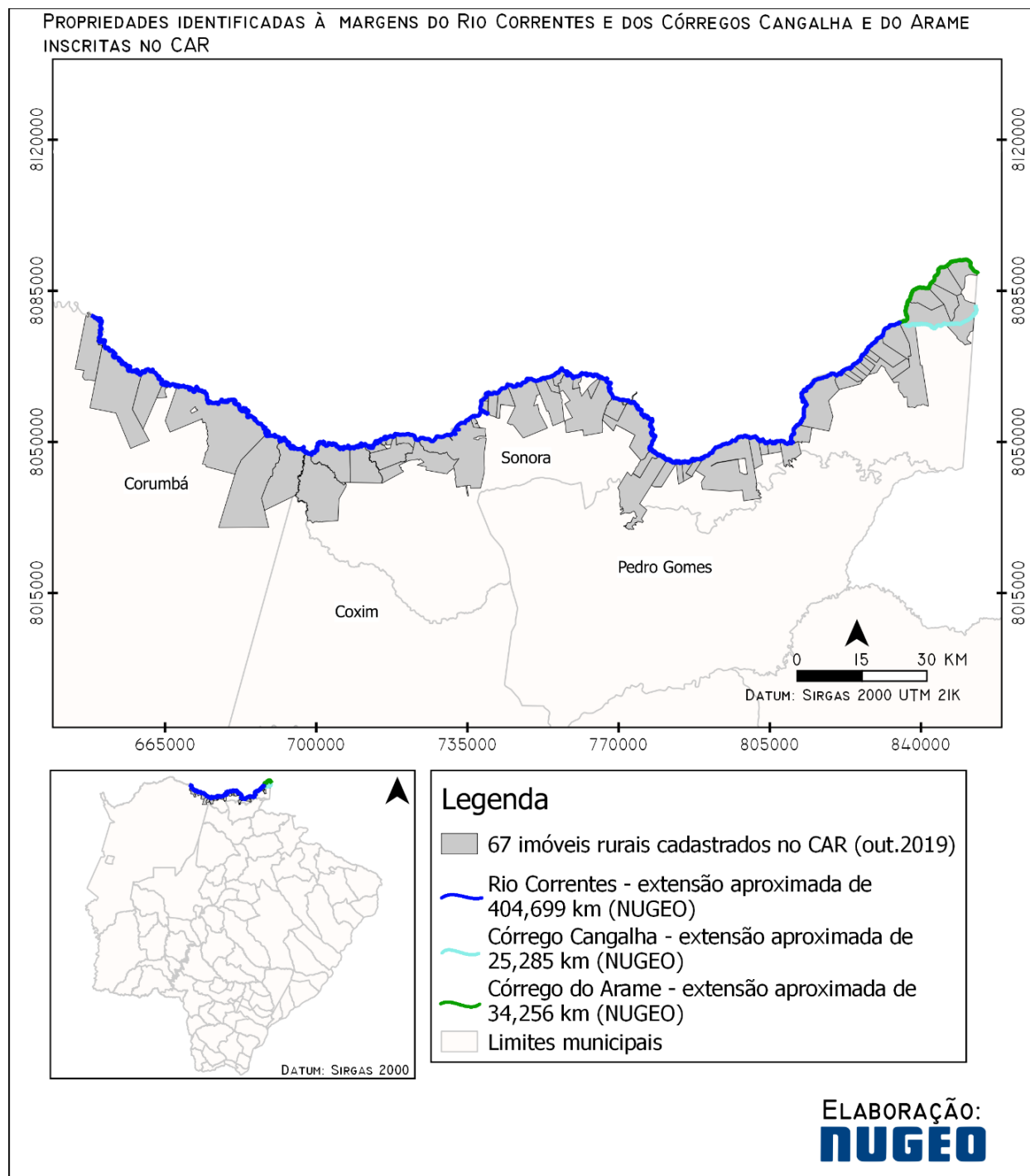


Figura 3: Mapa do Rio Correntes e dos Córregos Cangalha e do Arame, com a indicação das propriedades identificadas pelo Nugeo/MPMS.

ANEXO VI DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2019-CAOMA-PGJ

Declaração de ciência e concordância

Declaro que a [identificação da instituição] está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº 1/2019-CAOMA-PGJ e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Campo Grande/MS, ____ de _____ de 20__.

.....
(Nome e cargo do[a] representante legal da instituição)

ANEXO VII DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2019-CAOMA-PGJ

Declaração sobre instalações e condições materiais

Declaro, em conformidade com o art. 33, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, c/c o art. 26, inciso X, do Decreto Estadual nº 14.494, de 2 de junho de 2016, que a [identificação da instituição]:

➤ dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

➤ pretende contratar ou adquirir, com recursos da parceria, as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

➤ dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir, com recursos da parceria, outros bens para tanto.

OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme a sua situação, removendo-se as demais. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

Campo Grande/MS, ____ de _____ de 20__.

.....
(Nome e cargo do(a) representante legal da instituição)

ANEXO VIII DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2019-CAOMA-PGJ

Declaração do art. 27 do Decreto nº 14.494/2016 e relação dos dirigentes da entidade

Declaro, para os devidos fins, em nome da [identificação da instituição], nos termos dos arts. 26, inciso VII, e 27 do Decreto Estadual nº 14.494, de 2 de junho de 2016, que:

➤ Não há no quadro de dirigentes abaixo identificado:

a) membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; ou

b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na letra “a”.

Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, § 5º, da Lei nº 13.019/2014). A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Nome do(a) dirigente e cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial, telefone e e-mail

➤ Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública

federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

➤ Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:

a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal;

b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na Lei de Diretrizes Orçamentárias; e

c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público; de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Campo Grande/MS, ____ de _____ de 20__.

.....

(Nome e cargo do[a] representante legal da instituição)

ANEXO IX DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2019-CAOMA-PGJ

Declaração da não ocorrência de impedimentos

Declaro para os devidos fins, nos termos do art. 26, inciso IX, do Decreto Estadual nº 14.494, de 2 de junho de 2016, que a [identificação da instituição] e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

➤ Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;

➤ Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

➤ Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Observação: a vedação acima não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, § 5º, da Lei nº 13.019/2014). A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

➤ Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, inciso IV, alíneas “a” até “c”, da Lei nº 13.019/2014;

➤ Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora; e

d) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

➤ Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos; e

➤ Não tem entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Campo Grande - MS, ____ de _____ de 20__.

.....
(Nome e cargo do[a] representante legal da instituição)

ANEXO X –CRONOGRAMA

ETAPAS	CRONOGRAMA
Publicação do Edital de Chamamento Público no DOMP e recebimento das propostas	21/01/2020 21/01/2020 a 31/03/2020
Prazo para impugnação do Edital de Chamamento Público	10 (dez) dias, contados da data da publicação deste Edital 30/01/2020
Prazo para resposta do MPMS à impugnação	5 (cinco) dias, contados da data do recebimento da impugnação 21/01/2020 a 27/01/2020
Sessão pública para abertura dos envelopes contendo as propostas	5 (cinco) dias, a partir do encerramento do recebimento das propostas 06/04/2020
Conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção	10 (dez) dias, a partir da sessão pública de abertura dos envelopes, podendo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até 30 (trinta) dias 06/04/2020 até 05/05/2020
Encerramento de habilitação	05/05/2020 até 05/06/2020
Interposição de recursos contra o resultado preliminar do processo de seleção	5 (cinco) dias, contados da publicação do resultado preliminar do processo de seleção
Manifestação da Comissão de Seleção sobre os recursos interpostos	5 (cinco) dias, contados do encerramento da interposição de recursos
Publicação no DOMP, no sítio eletrônico oficial http://www.mpms.mp.br , das respostas aos recursos, da homologação das propostas selecionadas e do resultado definitivo do processo de seleção	Após finalizado o julgamento previsto ou transcorrido o prazo para interposição de recurso
Recebimento do plano de trabalho e da documentação, conforme estabelece a Lei Federal nº 13.019/2014, o Decreto Estadual nº 14.494/2016 e a Resolução SEFAZ nº 2.733/2016	Até 30 (trinta) dias após a publicação da homologação da proposta vencedora
Publicação no DOMP, no sítio eletrônico oficial, da aprovação do plano de trabalho e da regularidade dos documentos da proponente vencedora	Até 30 (trinta) dias após o recebimento do plano de trabalho e da documentação
Formalização do Termo de Colaboração Técnica, Financeira e Científica entre o MPMS e a fundação de natureza privada ligada a IES	Até 10 (dez) dias úteis depois de selecionada a proposta, aprovado o plano de trabalho e verificada a regularidade dos documentos pelo Procurador-Geral de Justiça
Publicação no DOMP, no sítio eletrônico oficial, do extrato do termo de colaboração, conforme estabelece o § 2º do art. 24 do Decreto Estadual nº 14.494/2016	Até 30 (trinta) dias, a contar da data de sua assinatura

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 153/2020-PGJ, DE 16.1.2020

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor João Verissimo de Luna Junior, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Bataguassu, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia, a partir de 13.1.2020, até ulterior deliberação, e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2717/2019-PGJ, de 30.7.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 180/2020-PGJ, DE 20.1.2020

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016, conforme segue:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alessandra da Costa Cordeiro	2014/2015	3 a 12.2.2020	22.4 a 1º.5.2020		8 a 17.6.2020
Alex Hernandes Barboza	2018/2019	2 a 11.3.2020	9 a 18.9.2020		2 a 11.2.2020
Aliandra Decó Stevanato Rocha	2017/2018	4 a 13.5.2020	30.9 a 9.10.2020		3 a 12.2.2020
Ana Celia Crispim de Araujo Chaves	2018/2019	12 a 21.2.2020	12 a 21.8.2020		16 a 25.3.2020
Andressa Miranda Auto Vale	2018/2019	3 a 12.2.2020	8 a 17.9.2020		20 a 29.3.2020
Armenia Rodrigues da Silva	2018/2019	16 a 25.3.2020	1º a 10.12.2020		1º a 10.2.2020
Beatriz Almeida Ribeiro	2018/2019	30.3 a 8.4.2020	20 a 29.7.2020		12 a 21.2.2020
Bruna Berto de Castro	2019/2020	1º a 10.6.2020	3 a 12.11.2020		1º a 10.2.2020
Cecilia Soares de Paiva	2017/2018	10 a 19.2.2020	20.3 a 8.4.2020		
Claudia Regina Mendonça Evangelista	2018/2019	10 a 19.2.2020	15.6 a 4.7.2020		
Cleber do Nascimento Gimenez	2018/2019	3 a 22.2.2020	8 a 17.7.2020		
Cristiane Conceição Rocha	2018/2019	15 a 24.6.2020	13 a 22.10.2020		1º a 10.2.2020
Daniela Cristina Junqueira Nelli	2016/2017	11 a 20.3.2020	8 a 17.7.2020		10 a 19.2.2020
Danielle Yukari Kato	2018/2019	12 a 21.2.2020	3 a 12.2.2021		11 a 20.1.2021
Divany Thomaz Duarte Junior	2018/2019	9 a 28.3.2020			24.2 a 4.3.2020
Emerval Carmona Gomes	2017/2018	4 a 13.3.2020	9 a 18.9.2020		3 a 12.2.2020
Érica Maylane Rigo Borges	2019/2020	27.2 a 7.3.2020	12 a 21.8.2020		3 a 12.2.2020
Estefany de Oliveira Pezzi	2018/2019	3 a 12.2.2020	1º a 10.10.2020		16 a 25.3.2020
Ewerton Cardoso da Silva	2019/2020	6 a 15.7.2020	12 a 21.1.2021		3 a 12.2.2020
Felipe Augusto da Cruz	2018/2019	22.4 a 1º.5.2020	8 a 17.9.2020		3 a 12.2.2020
Fernando da Silva Dellamura	2018/2019	8 a 17.7.2020	3 a 12.2.2021		1º a 12.2.2020
Gabriella Bortolotto de Souza	2018/2019	27.2 a 17.3.2020	8 a 17.9.2020		
Giovanna Bergamo Gomes Morelli	2018/2019	3 a 22.2.2020	13 a 22.10.2020		
Glauca Pace de Castro	2019/2020	2 a 11.3.2020	12 a 21.8.2020		13 a 22.2.2020
Iraci Ferreira Nantes Dalponte	2017/2018	27.2 a 7.3.2020	13 a 22.7.2020		4 a 13.5.2020
Jeferson Willian Turchiello	2018/2019	30.3 a 8.4.2020	1º a 10.6.2020		3 a 12.2.2020
Jorge Charbel Berto Nasralla	2017/2018	6 a 15.5.2020	30.9 a 9.10.2020		3 a 12.2.2020

Jose da Cruz Soares	2017/2018	12 a 21.2.2020	4 a 13.5.2020		2 a 11.2.2020
Juscélia Melo Lemos	2017/2018	12 a 21.2.2020	22 a 31.7.2020		2 a 11.2.2020
Lauciney Christian Ramos	2018/2019	15.1 a 13.2.2020			
Laura Barros Azambuja	2018/2019	19 a 28.2.2020	30.9 a 9.10.2020		1º a 10.8.2020
Laura Regina Barbosa Victor Chaparim	2019/2020	6 a 15.7.2020	13 a 22.10.2020		13 a 22.2.2020
Léa Catarina Iunes Garcia	2018/2019	27.2 a 27.3.2020			
Leandro da Silva Andrade	2018/2019	28.9 a 7.10.2020	15 a 24.3.2021		3 a 12.2.2020
Leandro Lima dos Santos	2018/2019	2 a 11.3.2020	28.9 a 7.10.2020		3 a 12.2.2020
Leonardo Bertaglia Agostinho	2017/2018	12 a 21.2.2020	15 a 24.6.2020	4 a 13.11.2020	
Luanna Catina Filete Nogueira	2018/2019	2 a 21.3.2020			3 a 12.2.2020
Lucas Sanches Tizzo	2019/2020	8 a 17.7.2020	1º a 10.10.2020		17 a 26.2.2020
Luciane Senger	2018/2019	22.4 a 1º.5.2020	29.6 a 8.7.2020		3 a 12.2.2020
Luis Henrique da Silva Marques	2018/2019	27.2 a 7.3.2020	15 a 24.6.2020	9 a 18.12.2020	
Luís Henrique Zaidan Blecha	2019/2020	13 a 22.7.2020	9 a 18.12.2020		3 a 12.2.2020
Luiz Fernando Koyanagi	2019/2020	2 a 11.3.2020	13 a 22.10.2020		16 a 25.2.2020
Marcio Lopes	2018/2019	5 a 14.2.2020	29.7 a 7.8.2020		2 a 11.3.2020
Marcus Vinícius Pereira Alegre	2017/2018	3 a 22.2.2020			23.2 a 3.3.2020
Maria Aparecida Gomes Bispo	2018/2019	6 a 15.7.2020	4 a 13.2.2021		3 a 12.2.2020
Mayara Vaz Cardeal Lima	2019/2020	20 a 29.5.2020	30.9 a 9.10.2020		10 a 19.2.2020
Osni Antonio Butzhy Andrade Netto	2019/2020	9 a 18.12.2020	7 a 16.1.2021		24.2 a 4.3.2020
Pâmella Polli Curcino da Silva Dutra	2018/2019	3 a 22.8.2020			3 a 12.2.2020
Paola Reginato Pereira	2019/2020	21.9 a 10.10.2020			11 a 20.2.2020
Paula da Cunha Bulhões	2018/2019	15 a 24.6.2020	13 a 22.10.2020		10 a 19.2.2020
Paulo Márcio da Silva Soeira	2017/2018	30.3 a 8.4.2020	25.5 a 3.6.2020		3 a 12.2.2020
Rebeca Murano Borges	2016/2017	3 a 12.3.2020	27.4 a 6.5.2020	21 a 30.10.2020	
Regina Célia de Araújo Silva	2018/2019	10 a 19.2.2020	13 a 22.10.2020		20 a 29.2.2020
Renata Caroline Pereira de Macedo	2018/2019	1º a 10.6.2020	21 a 30.10.2020		10 a 19.2.2020
Roberson Rosalin de Freitas	2018/2019	3 a 12.2.2020	8 a 17.9.2020		18 a 27.9.2020
Thais de Oliveira Carvalho	2017/2018	16 a 25.3.2020	9 a 18.11.2020		3 a 12.2.2020
Thiago Falcão Ricartes	2018/2019	19.3 a 7.4.2020			1º a 10.2.2020
Vagner Marques Mercadante	2019/2020	15 a 24.7.2020	14 a 23.10.2020		4 a 13.2.2020
Vanusa Weber	2018/2019	5 a 14.2.2020	29.7 a 7.8.2020		27.2 a 7.3.2020
Walmir Lugão Marques Porto	2018/2019	20.1 a 8.2.2020			9 a 18.2.2020
Werner Vinicius da Silva Bezerra	2018/2019	15 a 24.4.2020	3 a 12.11.2020		3 a 12.2.2020

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

CONSELHO SUPERIOR

RETIFICAÇÃO DO AVISO Nº 01/2020/SCSMP, PUBLICADO NO DOMP/MS Nº 2118, DE 7.1.2020:

Onde consta o subitem: 1) Inquérito Civil nº 06.2019.00000298-3 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Esperança e o município de Anaurilândia - Assunto: apurar supostas irregularidades nos repasses públicos, oriundos do município de Anaurilândia para a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Esperança, do **RELATOR CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF** passe a constar como subitem 6 do **RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO**.

Campo Grande, 20 de janeiro de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE FINANÇAS**PORTARIA Nº 163/2020-PGJ, DE 17.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Retificar a data da Portaria nº 90/2020-PGJ, de forma que, onde consta: “de 14.1.2020”; passe a constar: “de 13.1.2020”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 0007/2020/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2020.00000040-8

Requerente: 'Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Celso da Rosa Faria

Objeto: Apurar o desmatamento de 5,14 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Águas Claras, em Amambai/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 137/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental) - Fazenda Águas Claras.

Amambai (MS), 17 de janeiro de 2020.

MICHEL MAESANO MANCUELHO
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0008/2020/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2019.00001563-4

Requerente: 'Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Eunice Shizuko Tsuzuki Tamura

Objeto: Apurar o desmate de 5,87 hectares de vegetação nativa integrante do Bioma Mata Atlântica – Floresta Estacional Semi-decidual Submontana e Floresta Aluvial –, segundo mapeamento do IBGE (art. 2º da Lei Federal 11.428/06), sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do parecer n. 154/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental) - Fazenda Rancho Alegre.

Amambai (MS), 20 de janeiro de 2020.

MICHEL MAESANO MANCUELHO
Promotor de Justiça

BONITO

EDITAL N. 0005/2020/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil n. 09.2020.00000189-5

Origem: José Tiago Bonifácio Fontes

Interessado: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Fiscalizado: Município de Bonito

Assunto: Acompanhar as medidas a serem adotadas pelo município de Bonito no tocante à necessidade de manutenção da Estrada do Quati, bem como das pontes sobre o Córrego Bahia e Santa Teresa, Rio Acorizal (Bacuri) localizadas na mesma região.

Bonito – MS, 16 de janeiro de 2020.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

MIRANDA

EDITAL Nº 002/2020

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, nesta Cidade. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Inquérito Civil ° 06.2020.00000057-4.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Câmara Municipal de Bodoquena

Assunto: Apurar eventual ilegalidade no contrato firmado entre a Câmara Municipal de Bodoquena e a empresa Trevisan Advogados Associados SS, sem a realização de procedimento licitatório.

Miranda/MS, 20/01/2020

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA

Promotora de Justiça

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL Nº 0002/2020/01PJ/RRP

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1017, bairro Nossa Senhora da Conceição, CEP – 79180-000, Ribas do Rio Pardo/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001660-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Rafael Francisco de Souza Martins Novais

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 6.500 m² de vegetação nativa em área de Savana (Cerrado) Arborizada sem floresta de galeria, na propriedade rural Fazenda Morada das Estrelas, inscrita sob n. CARMS0006094, no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 388/19/NUGEO - Programa DNA Ambiental (2016 – 2017).

Ribas do Rio Pardo, 17 de janeiro de 2020.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0003/2020/01PJ/RRP

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1017, bairro Nossa Senhora da Conceição, CEP: 79180-000, Ribas do Rio Pardo/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001613-3

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Lírio Marino Romanini

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 1,96 hectares de vegetação nativa em área de Savana (cerrado) Arborizada sem floresta de galeria, na propriedade rural Fazenda Santa Luzia, inscrita sob n. CARMS0063631, no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 468/19/NUGEO-Programa DNA Ambiental (2016 – 2017).

Ribas do Rio Pardo, 17 de janeiro de 2020.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0004/2020/01PJ/RRP

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1017, bairro Nossa Senhora da Conceição, CEP 79180-000 Ribas do Rio Pardo/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001658-8

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Ana Luiza de Oliveira Barbosa

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 1,57 hectares de vegetação nativa em área de Vegetação Ciliar Aluvial, na propriedade rural Fazenda Rio Pardo, inscrita sob n. CARMS0025868, no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 394/19/NUGEO - Programa DNA Ambiental 2016-2017.

Ribas do Rio Pardo, 17 de janeiro de 2020.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0005/2020/01PJ/RRP

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1017, Nossa Senhora da Conceição, CEP – 79180-000 Ribas do Rio Pardo/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001659-9

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Marcia Rita Lazarin Bandeira - Inventariante do Espólio de Pedro Teodoro Filho

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 1,03 hectares de vegetação nativa em área de Savana (cerrado)-Florestada(Cerradão), na propriedade rural Fazenda Mutuca, inscrita sob n. CARMS0066443, no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 389/19/NUGEO-Programa DNA Ambiental 2016-2017.

Ribas do Rio Pardo, 17 de janeiro de 2020.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0006/2020/01PJ/RRP

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1017, bairro Nossa Senhora da Conceição, CEP 79180-000, Ribas do Rio Pardo/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001661-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Pantanal Energética LTDA

Antônio Fonseca dos Santos

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 5.186,9 m² de vegetação nativa em área de Savana (cerrado) Florestada (cerradão), na propriedade rural Fazenda Pantanal Energética (PCH Mimoso), inscrita sob n. CARMS0042300 no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 387/19/NUGEO-Programa DNA Ambiental 2016-2017.

Ribas do Rio Pardo, 17 de janeiro de 2020.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

SETE QUEDAS

EDITAL Nº 0001/2020/PJ/STQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua Rui Barbosa, nº 780, centro, Sete Quedas/MS ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

IC - Inquérito Civil nº 06.2020.00000079-6.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sete Quedas - MS

Assunto: apuração e acompanhamento de quais medidas de combate estão sendo adotadas para o enfrentamento do surto de dengue em curso no Município.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça.

Sete Quedas/MS, 17 de janeiro de 2020.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça